

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

CURITIBA

2012

RODOLFO NAHIRNIAK BERNARDO DA SILVA

O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

Trabalho apresentado à Disciplina de Monografia, no curso de pós graduação em Projetos Empresariais, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Françoise Iatski de Lima

CURITIBA

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

RODOLFO NAHIRNIAK BERNARDO DA SILVA

O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

Monografia apresentada como requisito para pós-graduação em Projetos Empresariais, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Doutor José Wladimir Freitas da Fonseca
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Mestre Françoise Iatski de Lima
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 30 de maio de 2012.

RESUMO

O Comércio entre Brasil e China vem se intensificando muito rapidamente nas últimas décadas. O processo de abertura chinês, dando muito mais importância às relações internacionais, foi crucial neste processo.

Os países citados acima conduziram suas estratégias de desenvolvimento de formas muito diferentes até a década de 80, quando ambos decidiram que o caminho pra crescer passava pelo mercado internacional. A partir deste ponto que as relações bilaterais se acentuam e o desenvolvimento de um tem alta correlação com as decisões do outro.

Iniciando o processo com estruturas econômicas e políticas extremamente diferentes, senão opostas, cada país tomou decisões importantes na sua rota rumo ao primeiro mundo, transformando suas economias e definindo o padrão de comércio sino-brasileiro.

Com objetivos nem sempre convergentes, Brasil e China muitas vezes travaram disputas comerciais, nas quais o vitorioso é sempre àquele que possui maior dom negocial ou então maior poder de barganha.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar como se desenvolveu o gigante dragão asiático e de que forma foram se consolidando as relações comerciais entre Brasil e China, assim como as oportunidades e ameaças advindas desse processo.

Palavras Chave: Relações Comerciais. Desenvolvimento. Dependência. Industrialização. Protecionismo.

ABSTRACT

Trade between Brazil and China has intensified rapidly in recent decades. The process of opening China, giving more importance to international relations, was crucial in this process.

The above countries led development strategies in many different ways until the late 80's when they decided that the way to grow past the international market. From this point that bilateral relations are accentuated and the development has a high correlation with the decisions of another.

Starting the process with economic and political structures very different if not opposite, each country has taken important decisions on its way towards the first world, transforming their economies and setting the pattern of Sino-Brazilian trade.

With goals do not always converge, Brazil and China often fought trade disputes, in which the victor is always the one who owns or negotiation greatest gift greater bargaining power.

Thus, the objective of this study is to analyze how it developed the giant Asian dragon and how they have been consolidating trade relations between Brazil and China, as well as the opportunities and threats resulting from this process.

Keywords: Trade Relations. Developing. Dependence. Industrialization. Protectionism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. INTRODUÇÃO CHINESA NO CENÁRIO MUNDIAL.....	3
2.1 PRIMEIRO PLANO QÜINQÜENAL.....	4
2.2 “O GRANDE SALTO PARA FRENTE”	6
2.3 A REVOLUÇÃO CULTURAL.....	8
2.4 A ABETURA ADMINISTRADA.....	10
3. ECONOMIAS BRASIL-CHINA NO FIM DO SÉCULO XX.....	14
3.1 ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA.....	15
3.2 ABERTURA COMERCIAL CHINESA.....	20
4. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – CHINA	25
4.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS	25
4.2 A ASCENSÃO E QUEDA NO COMÉRCIO BILATERAL.....	28
4.3 A ENTRADA DA CHINA NA OMC	35
5. O COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI E SUAS PERSPECTIVAS	39
5.1 RECUPERAÇÃO COMERCIAL E DO OTIMISMO BRASILEIRO	39
5.2 DE ECONOMIA DE MERCADO AO RETORNO DO PESSIMISMO.....	43
5.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	48
6. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Brasil e China se tornaram *players* importantes no comércio internacional desde o processo de abertura comercial realizado por cada um. Seja por suas dimensões continentais ou então pelo elevado número de habitantes, ambos ganharam posição de destaque nas últimas décadas.

A China impressiona com uma taxa de crescimento anual média de 10% nas últimas três décadas. Deixou de ser um país fechado e isolado na Ásia para se tornar a segunda maior economia do mundo, mesma posição ocupada ao considerarmos o volume de importações. Quanto às exportações o desempenho chinês é ainda mais notável, tornando-se o maior exportador a partir de 2009, superando economias tradicionais como Alemanha e Estados Unidos.

O Brasil tem um desempenho mais modesto, sendo o vigésimo maior importador do mundo, o terceiro maior exportador de produtos agrícolas (atrás apenas de EUA e União Européia) e a sexta maior economia do planeta.

A importância brasileira no contexto mundial está muito relacionada com o sucesso chinês. Nossa economia tem se tornado importante fornecedora de *commodities* para o dragão asiático, contribuindo para o desenvolvimento mais que acelerado da economia chinesa.

A parceria recente construída com a China desde a década de 70 e estreitada nas últimas duas décadas não só contribuiu para o aumento no volume de comércio brasileiro como também teve reflexos diretos sobre a nossa pauta de importações e exportações.

O país aproveitou suas vantagens comparativas para se tornar importante vendedor de *commodities*, principalmente soja e minério de ferro, em contrapartida abriu o seu mercado doméstico para os produtos manufaturados chineses que trouxeram uma nova dinâmica de competição para as empresas nacionais.

A partir de abril de 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, apresentando uma corrente de comércio neste mês de US\$ 3,2 bilhões contra “apenas” US\$ 2,8 bilhões transacionados com os EUA.

A inserção chinesa no mercado internacional e mais especificamente nas relações com o Brasil apresenta um novo cenário para a economia do país, trazendo oportunidades externas e ameaças internas.

O objetivo do presente trabalho é analisar de que forma a China ascendeu tão rapidamente ao posto de segunda maior economia do mundo, tomando como ponto de partida a revolução de 1949, com destaque ao período em que Deng Xiaoping assumiu o controle sobre o país asiático. Em paralelo buscamos entender como foi o processo de abertura comercial tanto brasileira como chinesa, assim como o desenvolvimento de suas economias e da aceleração do intercâmbio comercial entre os dois países.

Para alcançar tais objetivos o trabalho está dividido em cinco seções incluindo esta breve introdução. A seguir buscamos analisar a introdução chinesa no cenário mundial, deixando de ser um país isolado na revolução comunista de 1949, investindo fortemente em infra-estrutura, e formando as bases do crescimento econômico épico das décadas seguintes. Na seção três apresentamos um paralelo das economias Brasil-China nas duas últimas décadas do século XX com ênfase ao processo de abertura comercial realizado por cada país. Continuamos na seção posterior apresentando um histórico das relações bilaterais Sino-brasileiras até a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio. Na seção cinco discutimos as relações comerciais entre os dois países na primeira década do século XXI, assim como as oportunidades e ameaças que diversos setores da economia brasileira enfrentam com a presença do gigante asiático. Por fim, apresentamos uma sucinta conclusão do presente estudo.

2. INTRODUÇÃO CHINESA NO CENÁRIO MUNDIAL

Até 1949 a China era visto como um país predominantemente agrário, pobre e constantemente dominado pelas potencias européias e pelo Japão. A agricultura respondia por 90% do valor de produção do país e a renda *per capita* era de menos de 50 dólares por habitante. Contudo, no ano supracitado, o partido comunista chinês (PCCh) liderado por Mao Tsé-Tung e influenciado pelo partido comunista soviético dominou Pequim e iniciou um novo regime (ZHENG, 2004).

A revolução de 1949 marcaria para sempre a economia e a sociedade chinesa, alterando completamente o curso do país, trazendo uma realidade totalmente diferente ao povo chinês. A revolução não alterou apenas o governo, mas representou também uma ruptura com a antiga realidade dependente, tornando-se uma potencia comunista.

Nesta nova etapa a China contou com forte apoio soviético, principalmente para criar um setor industrial baseado na siderurgia, produtos ligados ao petróleo e indústrias elétricas e mecânicas (SULEIMAN, 2008)

Alinhado a estratégia soviética de desenvolvimento, Mao Tsé-Tung iniciou seu governo confiscando bens da antiga elite chinesa e realizando uma ampla reforma agrária, dividindo 120 milhões de acres de terra entre 300 milhões de camponeses. De 1949, início da revolução, até 1952, a renda nacional aumentou 12,1% ao ano (ZHENG, 2004).

A revolução trouxe conquistas praticas ao povo, e os princípios ideológicos do socialismo marxista-leninista eram colocados em pratica buscando a soberania do povo chinês.

Neste primeiro capítulo tentaremos demonstrar como a China deixou de ser um país constantemente colonizado para se tornar uma potencia asiática. Desta forma iremos analisar as primeiras medidas tomadas por Mao Tsé-Tung para tornar a China um país comunista, em seguida vamos comentar sobre o abandono soviético e a crise política e econômica pelo qual passou o país culminando na “revolução cultural” que buscava o avanço para o socialismo,

até a morte de Mao que novamente acirrará as discussões internas chinesas e levará a uma nova realidade inimaginável em 1949.

2.1 PRIMEIRO PLANO QÜINQÜENAL¹

Em 1953, a Republica Popular da China inicia seu 1º Plano Qüinqüenal (1953-1957) com o objetivo de consolidar a coletivização da terra e aprofundar a parceria com a URSS para implementar o desenvolvimento da indústria pesada (RUIZ, 2004).

Para alcançar tal objetivo, a China baseou-se no modelo de formação de cooperativas, tanto agrícolas como industriais, sempre subordinadas ao Estado (PIRES, 2005).

O plano se concentrou em duas frentes: Na área industrial deu ênfase à 156 grandes projetos, e na agricultura deu continuidade as reformas que atingiam 96,5% da população camponesa. O controle de todas as reformas era centralizado no Estado, copiando o modelo soviético (ZHENG, 2004).

O orçamento do Estado geriu todo o controle financeiro da economia tentando enfim controlar a inflação ascendente. O comércio sofreu um ônus maior do que as indústrias na questão de impostos assim como as alíquotas foram mais suaves para a indústria pesada do que para a indústria leve (SULEIMAN, 2008).

O plano claramente privilegiava a implantação das bases da indústria pesada no país com grandes projetos e subsídios que fizeram com que a participação desta no valor bruto da produção industrial crescesse de 37,3% em 1953 para 48,4% em 1957, conforme tabela 1 abaixo.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS NO VALOR BRUTO.

ANOS	PARTICIPAÇÃO DOS BENS DE PRODUÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DOS BENS DE CONSUMO (%)
1953	37,3	62,7
1954	38,5	61,5
1955	41,7	58,3

¹ O Plano qüinqüenal é um plano realizado pelo Comitê Central e congressos nacionais do Partido Comunista Chinês que define as iniciativas sociais e econômicas do país para um período de cinco anos.

1956	45,4	54,5
1957	48,4	51,6

Fonte: Departamento de Publicação de Estatística da China. Relatório anual da China, 1984. A economia mundial em transformação. Fundação Getúlio Vargas (1994). 1ª Edição apud HUIJONG, 1994, p. 15.

Já o comércio foi marginalizado pelo sistema de desenvolvimento chinês. Respeitando o modelo soviético, a China não buscou desenvolver o comércio, vendo-o como não-produtivo e desta forma, fora das prioridades do novo sistema econômico chinês (HUIJONG, 1994).

O comércio exterior se restringiu à União Soviética e aos países do leste europeu. Através de parcerias com os demais países socialistas a China importou fábricas inteiras, inclusive atraindo especialistas estrangeiros (HUIJONG, 1994).

O sistema bancário agia como principal financiador das reformas e também como órgão fiscalizador para que o crédito fosse utilizado exclusivamente para o fim determinado. (SULEIMAN, 2008).

Os grandes projetos do plano se concentraram nas regiões nordeste e no interior do país. A estratégia era descentralizar a economia chinesa que até então era focada em cidades costeiras como Xangai e Tianjin (HUIJONG, 1994).

Durante o plano quinquenal a renda nacional elevou-se 8,9% ao ano e a produção industrial aumentou a taxas médias ao ano de 18%. Já em 1957 a indústria ultrapassou a agricultura no valor total de produção criando novos distritos industriais alterando definitivamente a estrutura econômica do dragão asiático (ZHENG, 2004)

Em 1956, o governo chinês lança a “campanha das cem flores”, que foi notadamente uma abertura para a liberdade de expressão na China, permitindo que intelectuais criticassem o governo. Desta forma o Partido Comunista Chinês tentava criar uma idéia liberal que aproximasse o governo socialista da elite intelectual do país (PIRES, 2005).

Contudo, as críticas ao governo se acirraram, tornando-se um problema para o domínio do Partido, que decidiu por fim à campanha e manter a ideologia socialista única, importante para manter o controle da sociedade e garantir o poder conseguido com a revolução de 1949.

Até este período Mao Tsé-Tung seguiu rigorosamente os ensinamentos soviéticos, porém as tensões por território e autonomia com esta última obrigou a China a buscar certo grau de independência.

A nova postura da URSS, liderados por Nikita Krushev, que tinha como foco manter todas as demais repúblicas socialistas subordinadas aos soviéticos, desagradava o governo de Pequim. Desta forma, Mao Tsé-Tung aos poucos foi se afastando do seu principal aliado (PIRES, 2005). Nesta conjuntura de isolamento é que a China encerra seu 1º Plano Quinquenal e inicia o “grande salto para frente”.

2.2 “O GRANDE SALTO PARA FRENTE”

O novo projeto tinha como premissa a industrialização rural baseada na independência das unidades trabalhadoras, buscando um aumento da produtividade. Desta forma, a reestruturação chinesa se distanciava do modelo soviético com o objetivo de se tornar auto-suficiente (PIRES, 2005).

A queda nos investimentos provocados pelo afastamento da URSS e o foco exagerado na produção de aço levou a uma total desestruturação da economia da China (ZHENG, 2004).

Cerca de 30 milhões de camponeses das áreas rurais foram realocados para siderúrgicas improvisadas, causando impacto severo sobre a produção de alimentos e a estrutura econômica do país recém consolidada (SULEIMAN, 2008).

Em 1957 a produção agrícola era de 195 milhões de toneladas de grãos, já em 1960 a produção havia caído para menos de 150 milhões de toneladas. Durante este período cerca de 10 a 30 milhões de pessoas morreram devido às transformações abruptas e negativas ocasionadas na economia chinesa (RUIZ, 2004).

A partir da morte de Josef Stalin e a ascensão de Nikita Krushev ao poder a situação chinesa se agrava ainda mais. Krushev assume o poder com um ideal de apaziguar as relações com o ocidente, enquanto Mao Tsé-Tung negava todas as influências capitalistas (CARVALHO, 2009).

A URSS já começava a observar que o completo isolamento não favorecia o ideal socialista de suas repúblicas, porém, o Partido Comunista

Chinês (PCCh) e principalmente a figura de Mao Tsé-Tung preferiam ainda se manter fiéis aos princípios revolucionários de 1949.

Outro fator preponderante para abalar as relações URSS-China foi a recusa de Krushev em compartilhar com o dragão asiático a tecnologia desenvolvida para armamentos nucleares. O novo líder soviético sabia que disseminar armamentos de destruição em massa ia de encontro à nova postura soviética de buscar uma política externa mais pacífica (CARVALHO, 2009).

Neste contexto que a China rompe definitivamente com a URSS, em 1960, por não querer mais uma posição de subordinação e para proteger parte de sua fronteira, isolando-se definitivamente (SULEIMAN, 2008).

Diante desse cenário, Mao Tsé-Tung é afastado do governo dando lugar a Liu Shaoqi como presidente da República Popular da China e Deng Xiaoping como secretário-geral do partido (SULEIMAN, 2008).

Estes últimos iniciaram uma nova reestruturação da produção comunal que abria espaço para o cultivo privado da terra e abertura de mercados rurais (RUIZ, 2004).

Além disso, intensificava-se a alocação de plantas industriais para áreas do interior, protegendo o território nacional contra uma eventual ameaça soviética. (SULEIMAN, 2008).

Com a produção agrícola estagnada, quase a totalidade da produção destinada para as áreas urbanas e a população camponesa morrendo de fome a China buscou uma ampla importação de grãos para buscar resolver o problema crescente de fome no país.

A indústria pesada perdeu o seu grau de importância e foi substituída pela agricultura e pelas indústrias leves e têxteis, recuperando gradativamente a economia e a qualidade do povo chinês (ZHENG, 2004).

As reformas liberais e privatizações aplicadas por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, mesmo com os resultados positivos, desagradavam boa parte do PCC, principalmente aqueles ligados a Mao Tsé-Tung, que acreditavam que as reformas implementadas iam de encontro a todo ideal revolucionário de 1949 (SULEIMAN, 2008).

2.3 A REVOLUÇÃO CULTURAL

Em 1966, Mao Tsé-Tung inicia uma nova reviravolta na economia e na sociedade chinesa. Desagradado com as reformas implementadas por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, Mao e seus correligionários do Partido Comunista Chinês voltam a dominar o governo e ter o controle sobre o PCCh.

O objetivo era avançar rumo ao socialismo, extinguir as diferenças entre o trabalho manual e intelectual buscando uma vida mais proletária em substituição à burguesa, além de erradicar do Partido Comunista as idéias de revisionismo praticadas por Shaoqi e Xiaoping (PIRES, 2005).

A revolução cultural levou a meses de desorganização política, levando “comitês revolucionários” a tomar o controle de várias cidades e regiões dentro da China até que Mao Tsé-Tung reassumisse definitivamente o poder (RUIZ, 2004).

Com o poder de Mao restabelecido, Deng Xiaoping é excluído dos fóruns decisórios do PCCh, Liu Shaoqi é preso e morre em 1969, e Li Biao, sucessor oficial ao governo chinês é morto em acidente aéreo depois de uma suposta tentativa de golpe de Estado e fuga para a URSS (RUIZ, 2004).

Durante o período a indústria de defesa foi muito incentivada. Quatro membros do Partido Comunista sejam eles Jiang Qing, esposa de Mao Tsé-Tung, Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao e Wang Hongwen formaram a chamada “camarilha dos quatro” e criaram a Guarda Vermelha² que serviu para perseguir políticos que discordassem total ou parcialmente do regime (SULEIMAN, 2008).

Durante a revolução a China adotou uma política com foco no conflito de classes com objetivo principal de combater os movimentos políticos e sociais que surgiam durante o comando de Liu Shaoqi, vistos como uma nova burguesia nascente e que precisava ser combatida para o bem dos princípios de socialismo e comunismo defendidos por Mao Tsé-Tung (ZHENG, 2004).

A pressa com que os defensores das reformas agiram causou sérios prejuízos a administração pública, reduzindo a eficiência do Estado e causando

² A Guarda Vermelha era um grupo composto principalmente por estudantes e jovens não militares que pregavam as idéias de Mao Tsé-Tung nas universidades, escolas e cidades. Este grupo agiu de 1966 até 1968 e serviu para disseminar o pensamento comunista, utilizando-se até mesmo da violência contra seus opositores

um retrocesso quanto às idéias já colocadas em prática e empiricamente acertadas de Shaoqi e Xiaoping (ZHENG, 2004).

Universidades, escolas e fábricas ficaram fechadas durante anos por causa da ideologia contra o saber. Naquelas que ficaram abertas, exames e provas foram abolidos para não criar uma competitividade entre os alunos, pois tal disputa era vista como “burguesa” (SULEIMAN, 2008).

O desenvolvimento chinês voltou a ser concentrado no Estado, restringindo ou abolindo definitivamente o desenvolvimento da sociedade privada, mantendo o ideal de pureza do socialismo sob domínio público (ZHENG, 2004).

Até 1969 a Guarda Vermelha atuou como principal protetora do regime. Aqueles que conseguiam algum tipo de privilégio recebiam trabalhos braçais tanto nas fábricas quanto no campo, para que assim, conhecessem o a rotina das pessoas mais simples. Intelectuais e reacionários burgueses foram perseguidos e expurgados da sociedade chinesa, pois eram vistos como uma ameaça aos avanços para o socialismo (SULEIMAN, 2008).

Em abril do mesmo ano, Mao Tsé-Tung ordenou a dissolução da Guarda Vermelha, contudo, manteve os caminhos da “revolução cultural”, seus princípios e seus ordenamentos, fundamentais para combater as idéias “capitalistas privatizantes” do período anterior (RUIZ, 2004).

A indústria pesada voltou a ganhar privilégios em face dos outros setores da economia, o que ocasionou uma série de desequilíbrios na economia nacional gerando falta de abastecimento de produtos de consumo nos mercados locais (ZHENG, 2004).

Na agricultura a cultura de grãos foi superdimensionada, sendo que a aplicação de outras iniciativas nas áreas rurais foram restringidas, diminuindo assim postos de trabalho tão importantes para a reorganização da força de trabalho e alocação de excedentes (ZHENG, 2004).

No comércio exterior a China se voltou novamente para o isolamento, ignorando o aprendizado com a tecnologia estrangeira e ficando ainda mais distante se comparado com os países desenvolvidos (ZHENG, 2004).

O resultado da “revolução cultural” foi um retrocesso econômico. A renda nacional, em 1967 e 1968, caiu 7,4% e 6,5% respectivamente e o valor total de produção industrial decresceu 13,6% e 5 %. (ZHENG, 2004)

O descontentamento do povo com a “Revolução Cultural” acirrou ainda mais as tensões entre Mao Tsé-Tung e seus opositores que conseguem uma importante vitória com a volta de Deng Xiaoping como vice-premier em 1973. (RUIZ, 2004)

Deng Xiaoping defende a desregulamentação da economia e em 1975 anuncia “as quatro modernizações” (modernização da agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas). Contudo, as reformas ainda esbarravam nos setores mais esquerdistas do PCC e na própria figura de Mao Tsé-Tung

2.4 A ABETURA ADMINISTRADA

As reformas pensadas por Xiaoping só começam a ser o centro da política econômica da China após a morte de Mao Tsé-Tung em 09 de setembro de 1976 (RUIZ, 2004).

Hua Guofeng passou à dirigente máximo da China e como primeiro ato mandou prender os políticos mais esquerdistas do regime, chamados de “Camarilha dos Quatro”, no qual se incluía Jiang Qing, a última esposa de Mao Tsé-Tung (PIRES, 2005).

Guofeng, mesmo que de início tenha destituído Deng Xiaoping de seus cargos, aceitou a reintegração e as reformas pensadas pelo último, e aliou-se ao mesmo na 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh aprovando um novo plano de reformas do sistema econômico (SULEIMAN, 2008).

A Sessão Plenária entre outras coisas aboliu a idéia de considerar o conflito de classes como elo-chave e decidiu direcionar todos os esforços do Partido Comunista Chinês para o desenvolvimento econômico e abertura da economia para o mundo externo (ZHENG, 2004).

As reformas previam também a reunificação do território, ameaçado constantemente pelos vizinhos Índia e URSS, e também se alinhar contra a hegemonia deste último (SULEIMAN, 2008)

Parte da alteração da política internacional chinesa começou ainda sob as ordens de Mao Tsé-Tung que iniciou uma aproximação com os EUA já em 1972, com a visita do então Presidente norte-americano Richard Nixon à China (RUIZ, 2004).

Com o aumento do poder e do prestígio de Xiaoping, as reformas em prol da liberalização da economia chinesa começaram a ganhar corpo. No campo houve descoletivização das terras enquanto a economia como um todo se abria para investimentos estrangeiros e o comércio internacional começava a se intensificar (RUIZ, 2004).

Enquanto a liberalização e a modernização da economia seguiam intensificando-se, Hua Guofeng foi perdendo prestígio como primeiro-ministro até que em 1980 foi substituído por Zhao Ziyang, estreitamente ligado à Deng Xiaoping. Este último conseguiria ainda mais uma vitória política com a ascensão de Hu Yaobang à liderança do PCCh (PIRES, 2005).

Um dos motores das reformas de modernização chinesa foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Essas zonas eram delimitadas e tinham como objetivo atrair capital estrangeiro para desenvolver atividades econômicas específicas, voltadas para a exportação.

As primeiras ZEE's foram criadas estrategicamente nas províncias de Guangdong e Fujian, localizadas a sudeste da China e próximas das antigas possessões chinesas de Hong Kong, na época ainda vinculada à Inglaterra, e Taiwan (RUIZ, 2004)

Além de servir como pólo de atração para o investimento estrangeiro as províncias ainda tinham o papel de concorrer com seus antigos territórios garantindo uma influência política e comercial.

A criação das ZEE's levou ao deslocamento de alguns setores industriais de Hong Kong para a China, principalmente àqueles mais intensivos em mão-de-obra (NONNENBERG, 2010).

Apesar dos elevados índices de corrupção e do *boom* imobiliário provocado pelas localidades recém abertas para o mercado externo, a estratégia funcionou além das expectativas, gerando um volume de investimento estrangeiro suficiente para iniciar o desenvolvimento das localidades.

Dado ao sucesso da reforma, a China em 1984 já possuía 14 ZEE's localizadas em cidades costeiras, dentre elas grandes centros como Xangai, Pequim e Tientsin (SULEIMAN, 2008).

A estratégia expandiu seus objetivos atraindo empresas localizadas no Japão, Taiwan e Coréia do Sul, em sua grande maioria intensivas em trabalho e que migravam em busca da mão-de-obra barata e abundante da China.

Na agricultura as atividades foram reguladas por contratos que determinavam um volume de produção mínimo que seria vendido para o Estado por um preço fixo. O excedente da produção poderia ser comercializado em mercados locais (RUIZ, 2004).

Os novos contratos agrícolas faziam com que as antigas comunas passassem a ser pequenas unidades privadas, ainda vinculadas ao Estado pela obrigatoriedade de produção mínima, porém, geravam um incentivo a uma produção excedente que geraria recursos além daqueles oferecidos pelo governo.

O incentivo capitalista à agricultura gerou resultados rapidamente fazendo com que a produção agrícola chinesa chegasse a 400 milhões de toneladas em 1983 e cada vez mais consolidando o poder de Deng Xiaoping.

A expansão da agricultura e da renda rural permitiu que os trabalhadores fossem alocados para empresas do setor público, majoritariamente intensivas em trabalho e com baixa tecnologia. Tais empresas produziam manufaturas leves, mas que eram de grande importância para os moradores das áreas rurais, chegando a representar 45% da renda em 1985 (RUIZ, 2004).

Na área de relações internacionais Deng Xiaoping centralizou seus esforços para atrair capital estrangeiro e também recuperar territórios importantes como Hong Kong, Macau e Taiwan.

Mais do que negociar com a Inglaterra e Portugal, que detinham o poder sobre Hong Kong e Macau, era preciso também garantir aos chineses que viviam nessas localidades de que o sistema capitalista que eles viviam não seria modificado.

Desta forma, Xiaoping aplicou o princípio de “Um país, dois sistemas”, garantindo que os territórios capitalistas iriam se manter desta forma. Como resultado a China firmou acordo com a Inglaterra para a devolução de Hong Kong ao controle chinês em 1997, e também acordou junto a Portugal a devolução de Macau em 2000 (SULEIMAN, 2008).

A abertura administrada pela China consolidava a estrutura econômica do país enquanto os países latino-americanos entravam na década de 80 assolados pela crise da dívida.

Os chineses avançavam rapidamente para o desenvolvimento, e as reformas iniciadas em 1978 se tornavam cruciais para o destino do país.

3. ECONOMIAS BRASIL-CHINA NO FIM DO SÉCULO XX

As mudanças estruturais na China após a morte de Mao Tsé-Tung foram fundamentais para que o país pudesse consolidar a base de sua economia. Desta forma, enquanto a China entra na década 80 com altas perspectivas de crescimento, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, começam a década perdidos com uma crise fiscal e monetária fora do controle.

O crescimento brasileiro entre a década de 50 e 70 foi baseado na substituição de importações, no protecionismo da indústria e na maior participação do Estado como provedor do financiamento e investimento para criar e consolidar a atividade industrial.

A estratégia de crescimento demonstrou resultado com a diversificação da pauta de exportações, elevadas taxas de crescimento, alteração da estrutura produtiva e forte integração intersetorial, assim como uma grande dependência dos financiamentos externos (ALVES E TARGINO, 2006).

Com a alteração do cenário internacional e principalmente devido aos dois choques no preço do petróleo em 1973 e 1976, a dívida brasileira ascendeu rapidamente, mergulhando o país na crise.

Entre 1980 e 1990 a china cresceu 9,5% a.a, se considerarmos o crescimento pós as ZEEs, de 1985 a 1995 o crescimento chinês foi de 10,2%. Ao mesmo tempo, o Brasil buscava renegociar sua dívida, conter a inflação, efetuar a abertura comercial, reestruturar totalmente sua economia sem criar grandes abalos ao crescimento.

Ajustes deste porte na economia normalmente geram impactos negativos no curto prazo, e, portanto, não possuem grande simpatia popular. Se para a China com um regime comunista e uma economia fechada tais mudanças já foram difíceis de serem implementadas, para o Brasil com uma democracia recém instaurada, fazer as mudanças estruturais necessárias era uma tarefa extremamente árdua.

A dívida contraída até a década de 1980 pelo Brasil e pelos países latinos da América começou a se tornar impagável, o que gerava incertezas para os credores que não mais queriam correr o risco de arrolar a dívida. Com um cenário tão negativo, o Brasil precisou recorrer ao Fundo Monetário

Internacional (FMI) que em contra partida exigiu uma série de ajustes para refinar os débitos.

Os resultados dos ajustes iniciados em 1981 e 1982 seriam sentidos ainda na mesma década. O ajuste da economia brasileira exigiu diversas mudanças internas, como a redução do déficit público de 6% para 3,5% do PIB e diminuição dos investimentos das estatais em 21%. Os órgãos internacionais exigiram também o reajuste da taxa de juros, além da redução gradual de subsídios agrícolas, desvalorizações cambiais e aumento da produção de hidrocarbonetos. O Brasil não conseguiu atingir a totalidade das metas impostas pelo FMI, assim, teve conseqüentes atrasos nos repasses pelos credores, tendo como resultado a declaração de moratória em 1987 (LAIDLER, 2006).

Se no Brasil o ajuste era recessivo para conter a enorme dívida pública, na China a ordem era aumentar os investimentos e aproveitar as guerras comerciais entre EUA e Japão para atrair ainda mais indústrias para solo chinês.

Durante os anos 80 o investimento bruto chinês se manteve acima de 35% do PIB, com destaque para os anos pós 1985, onde por três anos seguidos atingiu taxas de 40% (MEDEIROS, 1999).

O setor produtivo estatal foi responsável por 65% dos investimentos realizados, principalmente na expansão da capacidade produtiva das indústrias com foco no aumento da oferta e da distribuição de energia elétrica. (MEDEIROS, 1999).

O que podemos observar do período anterior a abertura comercial, é que enquanto a China acelerava os investimentos para criar uma estrutura produtiva capaz de competir no setor internacional, o Brasil realizava uma política extremamente restritiva, aumentando o hiato tecnológico com a indústria capaz de gerar baixa produtividade, produtos defasados e escalas pouco competitivas.

3.1 ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA

Os investimentos realizados foram importantes para a próxima etapa do desenvolvimento chinês. Se em matéria de investimentos China e Brasil

seguiram caminhos opostos na década de 80 e 90, ambos tomaram a mesma decisão de se inserir no comércio internacional.

A China já vinha fazendo esse processo desde 1978 com as reformas de modernização, já o Brasil iniciou o processo após a moratória de 1987, buscando encontrar uma saída para a insistente crise que se arrastava desde 1981.

As primeiras medidas brasileiras para a abertura comercial foram durante o biênio 1988/89 com a reforma tributária que reduz as tarifas nominais de importação que passam na média de 57% para 37% e a tarifa máxima passou de 105% para 85% (CYSNE, 2000).

A queda nas tarifas fez com que as importações aumentassem 25% em 1989, chegando a 4,41% do PIB nacional ao volume total de 18,263 bilhões de dólares (AZEVEDO E PORTUGAL, 1997).

As primeiras medidas de abertura comercial foram tímidas, mas se tornaram relevantes por ser o primeiro passo para as mudanças que estavam por vir.

As medidas de 1988/89 diminuíram as alíquotas sobre as importações, contudo, as barreiras não tarifárias se mostravam até mesmo mais impeditivas para a abertura comercial do que o imposto em si.

Desta forma, em 1990 o governo Collor anuncia a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) com o objetivo de buscar uma maior competitividade da indústria nacional, iniciando um processo de aceleração da abertura comercial. Além de continuar a redução gradual das taxas de importação através de um cronograma de redução tarifária, o governo eliminou as restrições não-tarifárias e aboliu a maior parte dos regimes especiais de importação, com exceção a Zona Franca de Manaus, aos setores vinculados a exportação e àqueles acordados internacionalmente (AZEVEDO E PORTUGAL, 1997).

As tarifas médias de importação passaram de 33,2% em 1990 para 14% em 1994. Os regimes especiais de importação tiveram sua participação reduzida de 75,8% em 1986 para 50,4% em 1991 (AZEVEDO E PORTUGAL, 1997).

O novo programa de tarifas era separado para iniciar a abertura comercial e ao mesmo tempo tentar manter certo grau de proteção a alguns setores industriais vistos como prioridade.

Desta forma, como demonstra Averbug (1999), as tarifas foram separadas da seguinte forma:

- Produtos que não possuem similares produzidos no mercado doméstico e àqueles que possuem vantagens comparativas como *commodities* de baixo valor agregado, tiveram tarifa nula;
- Os produtos que possuíam tarifa de 5% em 1990 tiveram a alíquota mantida;
- Setores intensivos em insumos tiveram tarifas variando de 10 a 15%;
- Grande parte dos produtos manufaturados teve sua taxa fixada em 20% enquanto indústrias de trigo, química fina, vídeo-cassete, aparelhos de som e massas tiveram suas taxas fixadas em 30%.
- Por fim, os setores automobilísticos e de informática tiveram suas taxas determinadas em 35% e 40% respectivamente.

Os efeitos sobre o total de importações demorou um pouco a acontecer. O volume manteve-se estagnado entre 1990 e 1992, porém iniciou um crescimento acelerado a partir de 1993 com crescimento registrado neste ano de 25%, em 1994 o aumento foi de 31% e 51% em 1995 (CYSNE, 2000).

A partir do Plano Real, a política de abertura comercial e comércio exterior se subordinaram ao interesse maior que era a estabilização de preços. Com a valorização cambial advinda da nova moeda, as importações começaram a se acelerar rapidamente.

O processo de redução das tarifas atinge seu pico em setembro de 1994 com a combinação de três fatores: a sobrevalorização do Real dada a maior entrada de capitais estrangeiros, a antecipação da redução de tarifas externas comuns do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e as reduções tarifárias efetuadas para pressionar os preços domésticos, principalmente àqueles que detinham monopólios nacionais (ALVES E TARGINO, 2006).

Ao mesmo tempo em que as importações tinham uma importância crucial para manter os preços domésticos estáveis, também geravam um elevado déficit na balança comercial que pressionavam as reservas cambiais do país.

Com a moratória mexicana em 1995, e a elevação das taxas de juros internacionais, o Brasil começou a se preocupar novamente com a capacidade do país em financiar esses déficits correntes.

Desta forma, o governo brasileiro decidiu por elevar as tarifas de determinados produtos, criando também barreiras não tarifárias e quotas de importação. Os produtos mais atingidos foram os de consumo duráveis, exatamente àqueles que tiveram maior crescimento com a valorização cambial de 1994. (AZEVEDO E PORTUGAL, 1997).

TABELA 2: EVOLUÇÃO DAS TARIFAS NOMINAIS E EFETIVAS – 1988/95 (%)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/88	SET/89	SET/90	FEV/91	OUT/92	JUL/93	DEZ/94	12/95
Tarifa Nominal								
Média Simples	38,5	31,6	30,0	23,3	15,4	13,2	11,2	13,9
Média Ponderada	34,7	27,4	25,4	19,8	13,3	11,4	9,9	11,5
Mediana	40,2	32,6	31,3	20,8	14,4	12,2	9,8	12,8
Mínimo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	76,0	75,0	78,7	58,7	39,0	34,0	24,7	55,5
Desvio Padrão	15,4	15,9	15,1	12,7	8,2	6,7	5,9	9,5
Tarifa Efetiva								
Média Simples	50,4	45,0	45,5	35,1	22,5	18,9	14,4	23,4
Média Ponderada	42,6	35,7	33,7	26,5	17,2	14,5	12,3	12,9
Mediana	52,6	38,1	34,6	24,0	16,7	15,1	11,3	14,6
Mínimo	54,5	-4,4	-4,3	-3,3	-2,3	-2,0	-1,9	-1,9
Máximo	183,0	219,5	312,9	225,2	146,8	129,8	44,6	270,9
Desvio Padrão	33,4	39,8	53,3	39,7	25,2	21,7	9,7	45,9

FONTE: Kume apud in Azevedo E Portugal, 1997.

Entre 1996 e 1997 a tarifa média geral subiu de 13,6% para 16,69%, sendo os produtos mais afetados os bens de capital, as matérias-primas e produtos intermediários (AVERBUG, 1999).

A crise asiática (1997) e a crise Russa (1998) acentuam o problema de financiamento dos déficits na balança comercial do Brasil o que gera

novamente um aumento das alíquotas e instrumentos não tarifários (ALVES E TARGINO, 2006).

Visto que o câmbio era peça essencial para a manutenção da estabilidade monetária, o governo tentava controlar os déficits na balança comercial e diminuir a exposição dos setores nacionais através de quotas de importação, aumento de alíquotas e regimes especiais de importação.

Com uma política mais conservadora, de 1995 a 1997 o crescimento das importações perdeu um pouco de força, registrando aumento médio de 11% durante o período.

TABELA 3: BRASIL – ALÍQUOTA NOMINAL MÉDIA DE IMPORTAÇÕES 1996-1998 (EM %)

DESTINAÇÃO ECONÔMICA	1996	1997	1998
Matérias Primas e Produtos Intermediários	8,97	9,41	12,41
Bens de Capital	11,97	11,16	16,22
Bens de Consumo	24,55	25,93	26,67
- Duráveis	35,39	37,05	36,78
- Não Duráveis	15,03	14,49	17,02
Equipamentos de Transporte	18,99	19,38	20,60
Combustíveis e Lubrificantes	11,44	9,06	9,59
Material de Construção	12,19	13,95	17,43
Total	13,60	13,80	16,74

FONTE: Azevedo E Portugal, 1999.

Desta forma, tratando-se de comércio externo, o Brasil se esforçou em grande medida para fazer parte do cenário global, mais como uma estratégia de estabilidade de preços do que propriamente desenvolvimento e crescimento econômico.

Entre 1988 e 1997, as exportações brasileiras passaram de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 53 bilhões, significando um aumento de 57%, ou seja, um crescimento anual de 4,6%. Contudo, as importações praticamente quadruplicaram no período chegando a US\$ 61,3 bilhões, crescendo em média 15,4% ao ano (AVERBUG, 1999).

O superávit comercial de US\$ 19,2 bilhões em 1988 se transformou em um déficit de US\$ 8,4 bilhões em 1997. O saldo da balança comercial teve uma ligeira melhora no ano seguinte, mas não pelo aumento nas exportações e sim por uma queda maior das importações devido à crise asiática. As exportações

caíram 3,5% em 1998 e as importações 6,2%, resultando em um déficit comercial de US\$ 6,4 bilhões.

TABELA 4: BALANÇA COMERCIAL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)
1996	47.747	53.303	(5.556)
1997	52.987	61.351	(8.364)
1998	51.120	57.550	(6.430)

FONTE: Banco Central apud in Averbug (1999).

A estratégia de abertura comercial conjunta com a valorização expressiva do câmbio a partir de 1994 com o plano real foram os fatores principais da virada da balança comercial.

As mesmas variáveis que conduziram a moeda para a estabilidade foram às que fizeram com que o câmbio sofresse um choque em janeiro de 1999, tornando inviáveis as bandas cambiais, fazendo com que o país passasse a um regime de câmbio flutuante.

3.2 ABERTURA COMERCIAL CHINESA

Enquanto o Brasil passava por um processo turbulento de inserção internacional, a China iniciava uma entrada planejada no comércio internacional. Outro fator importante, é que a China inicia sua abertura comercial ainda na década de 70, ou seja, dez anos antes do que o Brasil.

Primeiro como já vimos no capítulo 2, a China criou as ZEE's, que foram cidades extremamente importantes para atrair o capital estrangeiro. Depois, em 1986, o governo chinês eliminou o seu monopólio sobre o comércio exterior

abrindo a possibilidade para que as empresas pudessem transacionar bens e serviços com maior liberdade (ACIOLY, PINTO E CINTRA, 2011).

Durantes os anos de 1980 e 1990 a China expande as transações comerciais tendo uma maior participação global, tendo o EUA como maior mercado consumidor e os países asiáticos como fornecedores para a produção de bens exportados (ACIOLY, PINTO E CINTRA, 2011).

Contudo, Deng Xiaoping também teve dificuldades para implementar a abertura comercial. O viés liberal do estadista chinês foi duramente atacado durante toda sua vida pela linha mais radical do PCC.

Os protestos em Tiananmen, em junho de 1989 na Praça da Paz Celestial e a queda do Partido Comunista da União Soviética em 1991 levaram a um fortalecimento daqueles que acreditavam que a China precisava endurecer a disciplina partidária, além de retomar a centralização da economia e frear o processo de abertura em curso (ACIOLY, PINTO E CINTRA, 2011).

Como forma de controlar as insatisfações até mesmo dentro do Partido Comunista, Xiaoping selou vários acordos com alas importantes do PCC e em 1992 lançou o “Grande Compromisso” que garantia as reformas e o processo de abertura durante um período de cem anos. A idéia principal do acordo era fazer com que a China se tornasse uma nação rica e poderosa até meados do século XXI (ACIOLY, PINTO E CINTRA, 2011).

O plano determinava a condução da política econômica chinesa, como a articulação entre as políticas monetárias, fiscais e cambiais que buscassem o controle inflacionário e o crescimento econômico, sendo este último a variável chave de toda política econômica chinesa. O plano também previa um processo de reformas e privatizações de empresas estatais que trouxessem ainda mais capital estrangeiro para o país.

Para as empresas estatais restantes o “Grande Compromisso” determinou crédito subsidiado por meio dos bancos públicos chineses. Para os investimentos estrangeiros em alta tecnologia foram determinado incentivos fiscais assim como a diminuição das barreiras tarifárias, ainda que as barreiras não tarifárias tenham sido mantidas.

Os incentivos aos investimento direto externo (IDE) foram condicionados à transferência de tecnologia visto que parte da produção das empresas obrigatoriamente precisaria ser feita por empresas locais, por último, a nova

iniciativa determinada por Xiaoping buscava criar empresas que fossem verdadeiros players internacionais, seja elas públicas ou privadas, e que tivessem poder para concorrer no mercado internacional com empresas multinacionais.

A vitória política de Deng Xiaoping mantinha a China na estratégia de promover as exportações e desenvolver internamente o país. O planejamento chinês no final da década de 80 não só se aproveitava da queda das economias latinas e japonesas como também se tornava o principal foco para recebimento de IDE.

Entre 1990 e 1999, a China acumulou US\$ 213,7 bilhões em investimento direto externo, sendo o terceiro país que mais recebeu investimentos no mundo e o primeiro entre os países em desenvolvimento. A participação chinesa nos fluxos de IDE dentre os países em desenvolvimento passou de 7,2% entre 1980-1989 para 24% entre 1990-1999, chegando a 25% no período 2000-2003. Durante esse último período, 40% de todo o investimento direcionado a Ásia, ia para a China (ACIOLY, 2005).

Nota-se também, que entre 1989 e 1997, 90% do IDE recebido pela China se concentrou nas áreas costeiras. Tal fato explica-se pela estratégia de abertura comercial conduzida pelas ZEE's.

Outro fator importante da inserção chinesa, é que o governo priorizou a busca pela maior participação do país no comércio externo, favoreceu o acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada e modernizou as formas administrativas das empresas chinesas. De outra forma, investimentos de portfólio e empréstimos bancários foram desestimulados (LAZZARI, 2005).

Entre 1992-1998, a China recebeu de financiamento externo US\$ 327 bilhões, sendo o IDE responsável por quase 70% desse total. O governo chinês cuidou para que os investimentos fossem seletivos e atendessem ao programa de desenvolvimento do país. É importante ressaltar que o governo lançou políticas de atração de empresas para as ZEE's para projetos que previam investimentos no setor produtivo acima de 10 anos (ACIOLY, 2005).

A origem dos investimentos também sofreu uma modificação durante os anos 90. Entre 1979-1991, os principais investidores vinham de Hong Kong (62%), Japão (14%) e EUA (10%). A partir de então, os dois primeiros perderam participação, abrindo espaço para os investimentos oriundos dos

New Industrialized Countries (NICs) da região como Coréia do Sul e Cingapura, já o EUA recuperou sua participação no final da década mantendo-se em 10%, assim como a União Européia (LAZZARI, 2005).

Os investimentos se concentraram setorialmente nas indústrias manufatureira, principalmente a têxtil e a eletrônica e também na construção civil (LAZZARI, 2005).

Na figura 1 abaixo podemos observar as diferenças de IDE entre o Brasil e a China durante a década de 90:

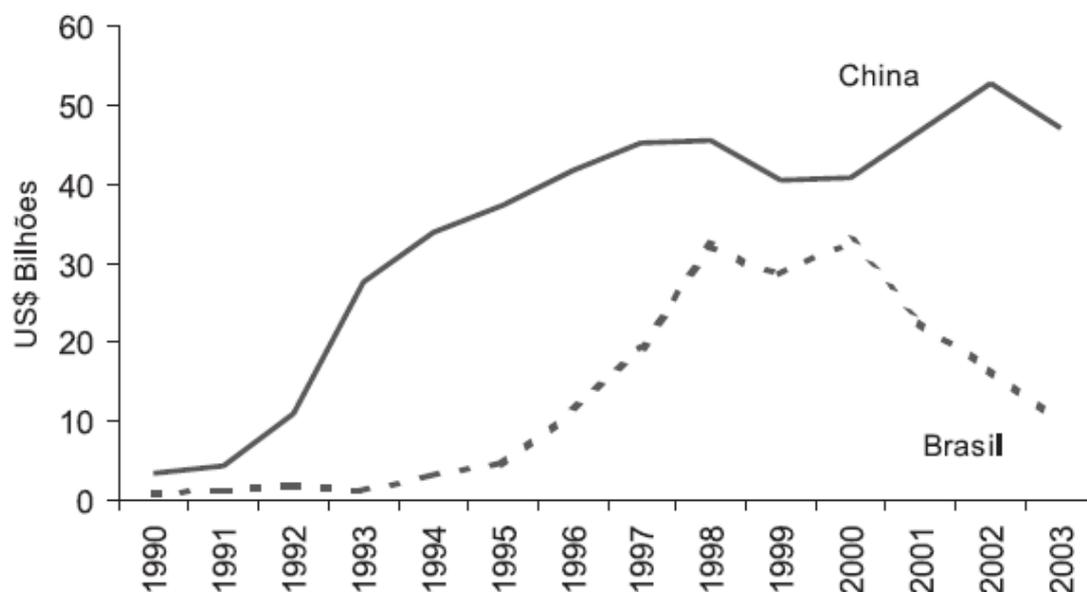


Fig. 1. Investimento externo direto na China e no Brasil (1990-2002)

Fonte: Texto para discussão nº 22, Embrapa, 2004.

Os investimentos eram muito próximos no início da década, a partir de 1991 a China começou a ter um crescimento muito mais acentuado na recepção do capital estrangeiro, esta diferença se reduziu com a crise asiática de 1997, contudo, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)³ e a crise cambial brasileira a diferença entre investimentos captados se acentuou.

Com o sucesso das iniciativas foram criadas as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico cujo foco era atrair investimentos estrangeiros para as áreas de energia e transportes. Também foram criados

³ A entrada da China na OMC será discutida com mais profundidade no próximo capítulo

planejamentos que levassem os investimentos para o interior do país, e também limitando os setores e regiões que absorveriam os investimentos (ACIOLY, 2005).

Outra questão importante quanto à estratégia chinesa de inserção no comércio externo foi a preocupação em absorver moedas estrangeiras. Desta forma, o yuan, moeda chinesa, manteve uma taxa nominal fixa junto ao dólar (8,3 yuan = 1 dólar) a partir de 1994 até 2005 (MEDEIROS, 2006).

O câmbio desvalorizado foi determinante para a atração de investimentos que impulsionaram as exportações chinesas ao mesmo tempo em que contribuiu para a acumulação de reservas internacionais.

Em 1996, o governo chinês também tornou sua moeda plenamente conversível para transações correntes, dando mais um passo importante para a abertura comercial do país (MEDEIROS, 2005).

Com uma política de atração de investimentos e voltada de dentro para fora, as exportações chinesas passaram de US\$ 26 bilhões em 1985 para US\$ 249 bilhões em 2000 (ACIOLY, 2005).

Tendo uma estrutura montada e políticas bem posicionadas, a China entrou no século XXI preparada e determinada a dar o próximo passo. Para se inserir ainda mais no comércio externo era necessário entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), estar sujeitos as suas normas e ainda assim manter as particularidades do capitalismo chinês.

Em 2001, a China finalmente integra a OMC e é a partir deste ponto que a relação Brasil-China ganha o impulso necessário para fazer o país asiático se tornar o principal parceiro comercial brasileiro. Na próxima seção iremos analisar a evolução do comércio Sino-brasileiro e as principais modificações na pauta de importações e exportações de cada país.

4. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – CHINA

4.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS

Até o século XIX, podemos afirmar que o comércio brasileiro não só com a China, mas com toda a Ásia era praticamente nulo. Este cenário começa a se alterar com a abolição da escravidão no Brasil em 1888 e a necessidade de mão-de-obra para as fazendas cafeeiras.

Ainda anteriormente a libertação dos escravos, o Brasil já havia enviado uma missão há China em 1879 com o objetivo de atrair imigrantes. A iniciativa avançou para a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os países em 1881, e posteriormente com a abertura do consulado brasileiro em Xangai em 1883 (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, dada as experiências negativas que os chineses tiveram em suas imigrações para Cuba, Peru e EUA, e o receio de que os trabalhadores que desembarcassem em território brasileiro tivessem tratamento pouco diferenciado do trabalho escravo até então realizado, a China resolveu proibir a imigração para o Brasil (VILLELA, 2004).

Ainda com as proibições, são registrados a entrada de aproximadamente 3.000 chineses em solo brasileiro para trabalhar na agricultura, principalmente no cultivo de chá no Rio de Janeiro durante o século XIX (OLIVEIRA, 2004).

Desta forma, o governo brasileiro buscou atrair trabalhadores em outros países, iniciando verdadeiramente as relações com a Ásia através do Japão com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em novembro 1895 (OLIVEIRA, 2004).

Com a proclamação da república na China em 1911 por Sun Yatsen, as relações diplomáticas são retomadas, com o reconhecimento por parte do governo brasileiro em 1913 e com a instalação de uma missão diplomática na capital chinesa (VILLELA, 2004).

Entretanto, de 1911 até a revolução chinesa em 1949, as relações Sino-brasileiras são apenas diplomáticas. Com a tomada do poder por Mao Tsé-Tung, o Brasil resolve romper relações com a China continental e reconhecer A Taiwan como legítima representante do povo chinês, fechando o consulado em Xangai e abrindo uma embaixada em Taipei em 1952 (OLIVEIRA, 2004).

O resultado comercial da decisão do governo brasileiro foi um volume transacional não superior a US\$ 8 milhões durante toda a década de 50 (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

Em 1961, o Brasil busca uma nova aproximação com a China comunista através de uma missão liderada pelo então vice-presidente João Goulart, contudo, novamente situações políticas, desta vez o golpe militar no Brasil em 1964, encerram qualquer chance de estreitamento das relações comerciais entre os países com a prisão de integrantes da missão comercial chinesa que estava no Brasil (VILLELA, 2004).

O posicionamento brasileiro estava alinhado com as estratégias norte-americanas durante a guerra fria. Com a revolução chinesa de 1949 e a conseqüente aproximação de Mao Tsé-Tung com a URSS colocavam Brasil e China em lados contrários da bipolaridade que o mundo se encontrava.

Ainda que Jânio Quadros e principalmente João Goulart, por simpatizarem com a ideologia comunista, tenham buscado um estreitamento de relações com a China, o golpe militar fez com que novamente o país se realinha-se de acordo com a política externa dos EUA.

Todavia, durante a década de 60 as tensões sino-soviéticas se acentuam como já vimos na seção 2 deste trabalho, o que abre espaço para uma aproximação entre China e EUA.

Desta forma, em 1972 americanos e chineses assinam o Comunicado de Xangai, que previa a normalização das relações entre os dois países, abrindo novamente a oportunidade para as relações comerciais entre o Brasil e o país asiático (DICK, 2005).

Em 1972, setores industriais e comerciais do Brasil se aproximam da China e iniciam o comércio direto. Já em agosto de 1974, durante o governo de Ernesto Geisel, o Brasil volta a restabelecer relações diplomáticas com a China (OLIVEIRA, 2004).

Um pouco depois das relações diplomáticas serem restabelecidas, a China modificou sua estratégia no mercado externo. Com a morte de Mao Tsé-Tung e a ascensão de Deng Xiaoping como principal político chinês, o comércio deixou de ser apenas para suprir o que sua auto-suficiência ainda não conseguia prover e assumiu o papel de variável importante no desenvolvimento do país.

As exportações foram estimuladas para gerar recursos suficientes para cobrir as importações tanto de bens não duráveis como de bens de capital utilizados para criar a infra-estrutura chinesa. Desta forma, a China começava a criar as bases necessárias para efetuar a abertura comercial como demonstramos no capítulo anterior.

Com a retomada das relações entre Brasil e China, o primeiro buscou estreitar relações comerciais com o segundo. De início o Brasil enviou uma missão comercial para Pequim em 1977, no ano seguinte os dois países assinaram o Acordo Comercial bilateral (DICK, 2005).

Entre os produtos transacionados destaca-se a exportação brasileira de minério de ferro, ferro gusa, açúcar, calçados, têxteis e produtos agrícolas. Em contrapartida eram importados produtos farmacêuticos, carvão e petróleo (DICK, 2005).

Os anos seguintes seguiram com a assinatura de acordos bilaterais e intensificação do comércio entre os dois países. Em 1979 foi celebrado o Convênio sobre Transportes Marítimos que entre outros pontos, destacava-se a melhoria dos portos chineses para que pudessem receber navios de maior calado. Em 1980 foi realizada a I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC, já em 1982 os países assinaram o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica que buscava a cooperação nas áreas nuclear e espacial (DICK, 2005).

O ano de 1984 se torna marcante para a diplomacia dos dois países pela visita do então Presidente Figueiredo à China. A visita serviu para estreitar ainda mais as relações comerciais, e para acertar os acordos que seriam assinados ainda em 1984 como a instalação de consulados em São Paulo e Xangai, a Cooperação de uso pacífico de Energia Nuclear e o Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica (DICK, 2005).

Desta forma, de 1974 a 1985 o comércio bilateral entre Brasil e China aumentou em 83 vezes passando de US\$ 17,42 milhões para US\$ 1,41 bilhão, sendo que o Brasil correspondia a 55% do comércio total da China com a América Latina. (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

Contudo, a partir da metade da década de 80 com a queda das exportações de petróleo da China para o Brasil, com a pouca oferta de produtos brasileiros para os chineses, com a crise pela qual os países da

América Latina passavam e os protestos dos movimentos sociais chineses contra a abertura comercial em curso no país, o comércio entre os dois países desaqueceu. Em 1990 o comércio bilateral chegou a US\$ 501 milhões, caindo quase pela metade em 1991, sendo de apenas US\$ 288 milhões (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

4.2 A ASCENSÃO E QUEDA NO COMÉRCIO BILATERAL

A interação entre os dois países volta a ganhar força a partir de 1993, no governo de Itamar Franco. Com a abertura comercial em curso, uma democracia recém estabelecida e com o fim da guerra fria, o governo brasileiro resolveu alterar sua estratégia de inserção internacional definindo a Ásia como uma das prioridades da diplomacia do país.

A estratégia era buscar novos parceiros comerciais e ao mesmo tempo países interessados em cooperar para o desenvolvimento científico e tecnológico (OLIVEIRA, 2004).

Entre março e novembro de 1993 o Brasil recebe as visitas em seqüência do Chanceler chinês Qian Qichen, do Vice Primeiro-Ministro Zhu Rongji e do Secretário Geral do PCC Jiang Zemin.

Desta forma, o comércio entre os dois países volta a ultrapassar um bilhão de dólares, chegando a US\$ 1,08 bilhão em 1993 (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil buscou uma parceria estratégica com a China de cooperação em setores de alto conteúdo tecnológico. Desta forma, o país propôs aos chineses parcerias no âmbito de telecomunicações, saúde, informática e automação bancária. Contudo, na prática, os projetos que obtiveram sucesso foram àqueles em suprimento de matérias-primas minerais e agrícolas (BIATO JUNIOR, 2010).

A grande cooperação tecnológica que o Brasil tanto buscava ficou quase que restrita ao programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). O programa assinado em 1988 consistia na construção de dois satélites avançados de sensoriamento remoto em uma parceria envolvendo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial).

O programa recebeu investimentos na ordem de US\$ 300 milhões sendo que 30% ficaram sob responsabilidade brasileira e 70% sob responsabilidade chinesa, sendo que o CBERS-1 foi lançado em 1999 e inativo em 2003 e o CBERS-2 foi lançado em 2003.

Durante o primeiro ano do governo FHC o comércio bilateral com a China ascendeu rapidamente. Pelo lado brasileiro foram determinantes a estabilidade da moeda brasileira com o Plano Real, o aumento do poder aquisitivo da população, a recuperação do crescimento econômico. Já pelo lado chinês merece destaque o acelerado crescimento econômico e a melhora no padrão de consumo da população, aumentando a demanda por açúcar e óleo de soja (BIATO JUNIOR, 2010).

Entre os anos de 1991 e 1995 a participação das exportações brasileiras para a China passou de 0,7% para 2,6%, enquanto a participação das importações brasileiras com origem no país asiático passou de 0,6% para 2,1%, sendo que deste montante estamos desconsiderando as exportações de chinesas para o Brasil via Hong Kong (BIATO JUNIOR, 2010).

Na tabela 5 abaixo conseguimos observar o forte crescimento do comércio bilateral entre os dois países, principalmente das importações brasileiras no ano de 1995, impulsionado pela nova moeda.

TABELA 5: INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM A CHINA (1991-1995).

EXPORTAÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995
Valores	226	460	779	822	1.204
Variação (%)	-40,8	103,5	69,3	5,5	46,5
Part. (%) na Ásia	4,0	8,2	12,7	11,7	14,7
Part. (%) no total	0,7	1,3	2,0	1,9	2,6
IMPORTAÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995
Valores	129	116	305	463	1.039
Variação (%)	-23,6	-9,5	161	52,0	124,8
Part. (%) na Ásia	3,2	2,9	8,3	9,3	12,7
Part. (%) no total	0,6	0,6	1,2	1,4	2,1
Saldo Comercial	97,4	343,3	474,5	358,9	162,0
Comércio Bilateral	355,4	576,8	1.084,3	1.285,9	2.243,5

Fonte: CACEX/DEPEC (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Outro ponto importante do comércio bilateral entre os dois países, é que a pauta de exportações chinesas para o Brasil se alterou consideravelmente na primeira metade da década de 90. Até então a maior parte dos produtos importados eram ligados ao setor de energia, que cedeu espaço principalmente para produtos manufaturados e eletrônicos, como podemos observar na tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Brasil – Principais Produtos Importados da China (1993-1995)

DESCRIÇÃO	1993		1994		1995	
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)
Maq. E aparelhos elétricos	56,7	18,6	119,0	25,7	192,4	18,5
Brinquedos e jogos	7,3	2,4	24,7	5,3	103,3	9,9
Produtos químicos	44,5	14,6	52,6	11,3	91,6	8,8
orgânicos						
Vestuário	2,4	0,8	12,7	2,7	73,3	7,1
Cadeira/instrumentos mecânicos	45,2	14,8	39,4	8,5	69,6	6,7
Calçados	7,4	2,4	22,4	4,8	67,4	6,5
Carvão de coque	33,0	10,8	36,3	7,8	57,0	5,5

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Já as exportações brasileiras seguiram caminho contrario. Se o ideal brasileiro de cooperação com a China era a parceria tecnológica, os resultados de 1993 a 1995 já demonstram que a estratégia fracassou.

Enquanto as importações brasileiras do país asiático cresceram em matérias de bens manufaturados, as exportações do nosso país cresceram em *commodities* e bens básicos e perderam tanto participação quanto valor no que tange aos bens manufaturados, como podemos observar na tabela 7 abaixo:

TABELA 7: BRASIL – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA A CHINA (1993-1995)

DESCRIÇÃO	1993		1994		1995	
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)
Óleo de soja	11,0	1,4	416,9	50,7	550,9	45,8
Minério de ferro	112,8	14,5	130,4	15,9	155,9	13,0
Açúcar	0	0	0	0	112,3	9,3
Ferro fundido, ferro e aço	532,3	68,3	175,3	21,3	96,5	8,0
Autopeças	1,8	0,2	0,8	0,1	68,2	5,7
Caldeiras/Instrumentos mecânicos	37,2	4,8	21,5	2,6	47,6	4,0
Maq., aparelhos eletrônicos	1,7	0,2	2,7	0,3	27,4	2,3

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Este cenário já demonstra o interesse crescente da china em se abastecer de produtos primários brasileiros para seus setores industriais cada vez mais dinâmicos e competitivos, e também de produtos agrícolas capazes de suprir a crescente demanda por alimentos no gigante asiático.

Segundo Biato Junior (2010), como o setor industrial chinês estava bem mais desenvolvido do que o brasileiro, a estratégia do governo voltou-se para os setores de serviços, sendo a esperança do país para não concentrar suas exportações apenas em *commodities*. Desta forma, o país buscou construir acordos de cooperação para a infraestrutura chinesa, principalmente no que tange a energia hidrelétrica.

Contudo, os grandes projetos chineses como a Hidrelétrica “Três Gargantas” ficaram restritos a empresas chinesas deixando clara a estratégia desenvolvimentista de Deng Xiaoping de privilegiar os setores internos. E ainda com todo o esforço brasileiro de mandar missões comerciais para a China e até a instalação de escritórios de empreiteiras em Pequim, o resultado comercial em alta tecnologia foi inexpressivo.

Com o fracasso nas tentativas de avançar as relações bilaterais que fossem boas para ambos os países, o comércio entre Brasil e China começou a desaquecer. Do recorde de volume transacionado de US\$ 2,25 bilhões em 1997 para apenas US\$ 1,54 bilhões em 1999. É verdade também, que a crise asiática teve reflexo direto sobre os números menos animadores (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

No período de 1996 a 1999 as exportações brasileiras para o mercado chinês caíram 39,3%, enquanto as importações caíram 34% (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

A participação e importância do mercado chinês também perdem representatividade. De 12º maior mercado para as exportações brasileiras em 1997 cai para 15ª em 1999 sendo ultrapassada pela Espanha e México em 1998 e pela Rússia em 1999. Como fornecedor, o Brasil também perdeu espaço na China, passando de 18º maior vendedor para 23ª posição (BIATO JUNIOR, 2010).

Na tabela 8 abaixo podemos observar a queda nas relações comerciais entre Brasil e China de 1997 a 1999, tendo destaque para a maior queda das exportações do que nas importações, aumentando o déficit comercial brasileiro.

TABELA 8: INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM A CHINA (1997-1999).

	1997	1998	1999
EXPORTAÇÕES	1.088,2	904,9	676,1
Variação (%)	-2,3	-16,9	-25,3
Part. (%) na Ásia	14,1	16,1	11,8
Part. (%) no total	2,05	1,77	1,41
Importância como mercado para o Brasil	12º	14º	15º
IMPORTAÇÕES	1.166,4	1.033,8	865,2
Variação (%)	3,0	-11,4	-16,3
Part. (%) na Ásia	12,9	13,1	13,4
Part. (%) no total	1,94	1,78	1,76
Importância como fornecedor do Brasil	10º	12º	14º
Saldo Comercial	-78,2	-128,9	-189,0
Comércio Bilateral	3.254,6	1.938,7	1.541,3

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

No que se refere à pauta de importações e exportações brasileiras com a China a tendência de importar produtos com maior valor agregado e exportar *commodities* e produtos básicos se manteve como podemos observar nas tabelas 9 e 10 abaixo.

TABELA 9: BRASIL – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS À CHINA (1997-1999)

DESCRIÇÃO	1997		1998		1999	
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)
Minério de ferro/concentrados	179,4	16,5	199,7	22,1	242,1	35,8
Soja triturada	89,2	8,2	221,6	24,5	111,3	16,5
Pasta química de madeira	34,1	3,1	24,0	2,7	52,6	7,8
Óleo de soja bruto	253,7	23,3	94,9	10,5	45,4	6,7
Fumo em folhas	-	-	6,4	0,7	38,5	5,7
Couros e peles	13,7	1,3	15,2	1,7	21,4	3,2
Farelo de soja	264,8	24,3	196,7	21,7	14,3	2,2
Papéis fotográficos	34,9	3,2	42,0	4,6	10,6	1,6
Aços laminados	26,1	2,4	6,7	0,7	10,1	1,5
Ferro-ligas	-	-	-	-	8,8	1,3
Veículos e autopeças	13,8	1,3	11,8	1,3	-	-
Polímero, etileno, propileno	12,4	1,1	-	-	-	-

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Importante notar que até mesmo o básico com algum valor agregado como é o caso do farelo de soja perdeu participação em um grau maior do que os outros bens, como por exemplo, a soja triturada. Este fator se deve pelo fato de ter surgido na China um setor industrial capaz de esmagar e beneficiar a soja. Já setores manufaturados como o de veículos e autopeças deixaram a pauta de exportações.

TABELA 10: BRASIL – PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DA CHINA (1997-1999)

DESCRIÇÃO	1997		1998		1999	
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)
Aparelhos transmissores	86,5	7,4	44,7	3,8	52,8	6,1
Brinquedos	66,4	5,7	72,4	7,0	49,3	5,7
Carvão de coque	68,5	5,9	87,1	8,4	37,1	4,3
Compostos heterociclicos	29,7	2,5	31,1	3,0	34,2	4,0
Máquinas processamento de dados	-	-	44,2	4,3	32,9	3,8
Motores/geradores elétricos	26,5	2,3	34,5	3,3	32,1	3,7
Partes aparelhos vídeo e som	-	-	-	-	22,4	2,6
Compostos nitrogenados	-	-	-	-	18,6	2,1
Calçados e componentes	62,5	5,4	40,0	3,9	17,4	2,0
Toca-fitas	-	-	23,4	2,3	15,4	1,8
Vestuário	72,2	6,2	32,5	3,1	-	-
Aparelhos eletrônicos	-	-	22,5	2,2	-	-
Aparelhos de fotocópias	32,0	2,7	-	-	-	-
Aparelhos de telefonia	23,5C	2,0	-	-	-	-
Alho	27,3	2,3	-	-	-	-

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Já com as importações brasileiras os manufaturados foram ganhando cada vez mais espaço. O cenário demonstrado até aqui nos mostra que mesmo antes da China entrar na OMC, as relações bilaterais entre os dois países eram de um país industrial (China) capaz de exportar bens de alto valor agregado com um país agrícola/extrativista (Brasil) capaz de exportar *commodities* e bens básicos.

A alteração na pauta de importações e exportações também levou a um reflexo na balança comercial entre os dois países. O saldo comercial que foi durante vários anos superavitário para o Brasil mudou de rumo a partir de 1996 e registrou um déficit de US\$ 189 milhões em 1999. A figura 2 abaixo demonstra a inversão no saldo comercial entre os dois países.

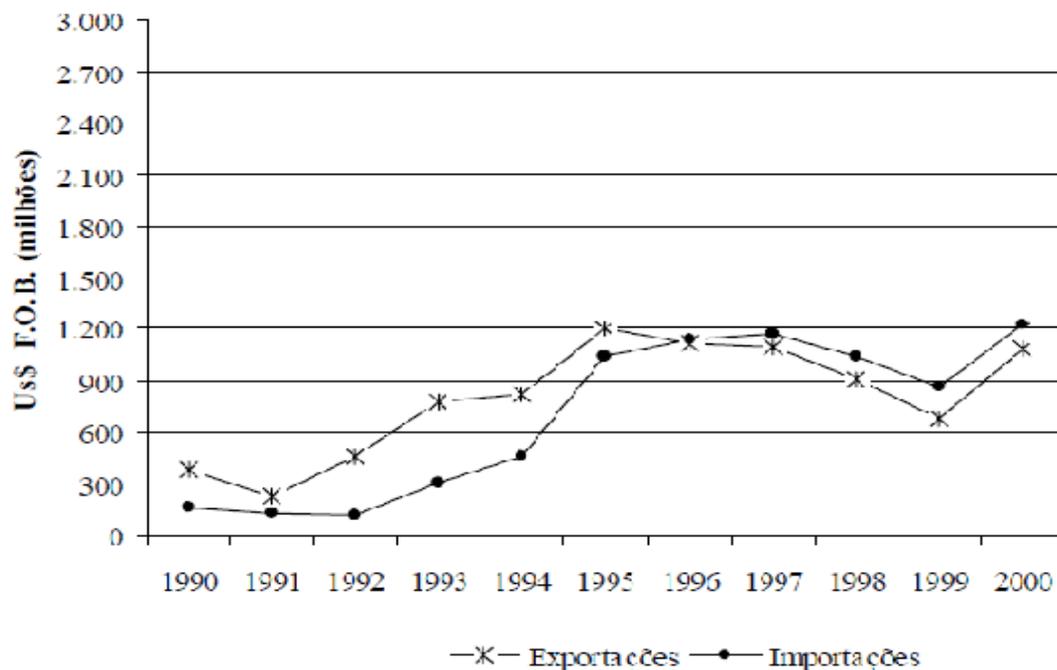


Fig. 2. Intercâmbio Comercial entre Brasil e China (1990-2000). Fonte: Dick, 2005.

A década de 90 que começou tão otimista para o Brasil, aparentando finalmente ter encontrado um parceiro comercial que contribuiria para o seu desenvolvimento terminou com pouca cooperação tecnológica, déficit na balança comercial, frustração do empresariado brasileiro e uma relação que na prática foi muito mais vantajosa para a China do que para o nosso país. Servimos mais ao desenvolvimento chinês do que eles ao nosso, demonstrando uma relação desigual. Do otimismo da abertura comercial passamos ao pessimismo da entrada do país asiático na OMC, que discutiremos a seguir.

4.3 A ENTRADA DA CHINA NA OMC

Em julho de 1986 a China solicita formalmente sua admissão ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em 1948. O GATT entre outros pontos tinha o objetivo de diminuir o total de tarifas cobradas no mercado internacional, buscando o livre comércio através de rodadas de negociação entre os países.

Com o término dos trabalhos da Rodada do Uruguai (1986-1994), ficou definida a criação da Organização Mundial do Comércio que incorporaria o GATT.

Com a criação da OMC, o pedido chinês de entrada foi avaliado por um novo grupo de trabalho que tinha como objetivo analisar o regime de comércio chinês, os acordos bilaterais já existentes entre a China e os países membros e consolidar e aplicar as condições mais liberalizantes dos acordos bilaterais para todos os países inseridos na organização (PEREIRA E FERRAZ FILHO, 2005).

O processo de acessão da China à OMC foi bastante longo, tendo como principal entrave as modificações necessárias no comércio chinês para se adequar ao comércio internacional. Para a aceitação pelos outros membros era necessária a substituição dos controles administrativos, principalmente o regime de quotas, por um sistema de tarifas que fosse mais claro e também de melhor controle pela organização internacional (MORAES, 2004).

Para a China a entrada na OMC servia não só como importante passo para a evolução das relações comerciais e desenvolvimento do país como também um sinal claro de Deng Xiaoping para o PCC e para a comunidade internacional de que a abertura comercial iniciada em 1978 havia entrado em um caminho sem volta, forçando o Partido Comunista Chinês a aceitar as reformas liberalizantes e atraindo ainda mais capital estrangeiro para o dragão asiático.

A China precisou também regulamentar a entrada de capital estrangeiro e a modelagem de comércio exterior, além de revisar todos os regulamentos já existentes a fim de excluir acordos comerciais que privilegiavam as exportações e práticas comerciais que eram proibidas pela OMC (VALADAO E SILVA, 2011).

Além disso, o país asiático precisou negociar diretamente com os principais países membros para a aceitação na OMC. Desta forma o ano de 1999 e 2000 foram anos chave para a adesão chinesa. Em julho de 1999 foi estabelecido acordo bilateral com o Japão e a Austrália aceitando o ingresso chinês na OMC, em novembro do mesmo ano foi a vez dos EUA e por fim, em maio de 2000 a União Européia também firmou acordo (DIAS, 2004).

Os acordos tinham como premissa resguardar os países após a entrada chinesa. O gigante asiático já ameaçava as empresas das outras nações em termos agrícolas e de manufaturas, temor este que se acentuava estando todos sujeitos as mesmas regras impostas pela OMC.

Desta forma, foi estabelecido que até o ano de 2005 a tarifa média chinesa incidente sobre os produtos agrícolas seria de 15%, uma queda de aproximadamente 4% ao valor observado em 2000. Tais tarifas poderiam atingir o vale de 0% ou o pico de 65%. Já quanto aos produtos manufaturados a queda nas tarifas era ainda maior, passando de 14,8% em média em 2000 para o acordado em 8,9% em 2005, sendo o intervalo tarifário estipulado em 0% a 47% (MORAES, 2004).

A China também se comprometeu a não conceder subsídios agrícolas superiores a 8,5% do valor da produção do setor, eliminar as restrições administrativas como as licenças para importar, quotas, critério de conteúdo local e tornar mais transparentes as medidas ligadas ao comércio (THORSTENSEN, 2011).

Quanto ao mercado interno ficou definido que os preços em todos os setores seriam determinados pelo mercado, ficando vedado ao governo a estipulação de preços mínimos, salvo àqueles acordados e publicados no Protocolo de Adesão do país à OMC. Quanto às empresas estatais e mistas, também ficou estipulado que seguiriam as normas estritamente comerciais (MORAES, 2004).

Os produtos que ainda se mantinham administrados abrangiam produtos de primeira necessidade, insumos para a produção e produtos agrícolas. No caso destes últimos 9,1% dos preços foram fixados pelo governo, 7,1% foram orientados e 83,3% ficaram sujeitos ao mercado (MORAES, 2004).

O Protocolo de Adesão também determinava que as regras estipuladas pela OMC servissem para todo território chinês, inclusive para as ZEE's e que qualquer área econômica especial deveria ser notificada para a organização. Também ficava definido que indivíduos e empresas estrangeiras estariam sujeitos as mesmas regras comerciais que as chinesas (THORSTENSEN, 2011).

Por fim, o protocolo ainda determinava que a China respeitasse os acordos TRIMs (*Trade Related Investment Measures* – Medidas de

Investimento relacionadas ao comércio) e TRIPs (*Trade Related Intellectual Property Rights* – Medidas de Direito de Propriedade Intelectual relacionadas ao Comércio) (PEREIRA E FERRAZ FILHO, 2005).

Desta forma, firmado todos os acordos comerciais e depois de 15 anos de negociação, em novembro de 2001, na Conferência Ministerial de Doha, a OMC aprova formalmente a inserção da China como o 143º país membro da OMC (PEREIRA E FERRAZ FILHO, 2005).

As implicações do fato descrito nesta seção sobre o comércio bilateral Brasil-China durante a primeira década do século XXI serão analisados no próximo capítulo.

5. O COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI E SUAS PERSPECTIVAS

O crescimento mais do que acelerado da indústria de transformação na China e a modificação abrupta nos seus padrões de consumo alimentício abriram oportunidades para o Brasil se consolidar como fornecedor de *commodities*.

Se por um lado a estratégia era negativa por levar o Brasil a uma especificação no mercado primário, por outro criava um mercado potencial gigantesco que faria com que as exportações aumentassem substancialmente. Neste momento é que a teoria de vantagens comparativas defendida por David Ricardo se torna mais relevante. É verdade que o governo brasileiro não fez grandes esforços para que o país se aproveitasse de suas vantagens comparativas, mas também é fato que foi omissivo quanto ao processo que o livre mercado nos encaminhava.

Neste capítulo iremos demonstrar como o Brasil aceitou sua posição de fornecedor de *commodities*, se consolidando como principal fornecedor de matéria-prima para a China e como este fato criou sérios obstáculos ao empresariado brasileiro.

5.1 RECUPERAÇÃO COMERCIAL E DO OTIMISMO BRASILEIRO

Os reflexos sobre o comércio entre o Brasil e a China foram sentidos antes mesmo da entrada formal do país asiático na OMC. Em 2001 o volume de exportações para o dragão asiático cresceu 75,27% em relação ao ano anterior chegando a US\$ 1,9 bilhões, tornando-se o 6º país de destino para os produtos brasileiros. As importações também cresceram, contudo, em menor magnitude, 8,66% a mais do que em 2000 chegando a US\$ 1,3 bilhões, sendo o 9º país no ranking e origem dos produtos importados. (DEINT, SECEX, MDIC, 2002).

De 2000 a 2003 a China se tornou rapidamente o terceiro mercado para nossas exportações, atrás apenas de EUA e Argentina e ultrapassando parceiros tradicionais como França, Alemanha, Reino Unido e Itália. De 2,0% do total de exportações em 2000, a China passou a representar 6,2% em 2003,

o que também nos ajudou a recuperar o superávit comercial na relação bilateral (BIATO JUNIOR, 2010).

TABELA 11: INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM A CHINA (2000-2003).

EXPORTAÇÕES	2000	2001	2002	2003
Valores	1.085,2	1.902,0	2.520,4	4.532,5
Variação (%)	60,5	75,2	32,5	79,8
Part. (%) na Ásia	17,2	27,4	28,7	38,8
Part. (%) no total	1,9	3,3	4,2	6,2
Importância como mercado para o Brasil	12º	6º	4º	3º
IMPORTAÇÕES	2000	2001	2002	2003
Valores	1.222,2	1.328,0	1.554,0	2.147,6
Variação (%)	41,3	8,6	17,0	38,2
Part. (%) na Ásia	14,2	14,9	19,4	24,1
Part. (%) no total	2,2	2,4	3,3	4,4
Saldo Comercial	-137,0	573,9	966,4	2.384,9
Comércio bilateral	2307,5	573,9	966,4	6.680,1
Importância como fornecedor do Brasil	11º	9º	7º	5º

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

Esse desempenho mais favorável no saldo comercial de transações se deu muito pelo aumento das exportações de soja e minério de ferro que passaram a representar praticamente 50% das exportações brasileiras.

Também cabe destaque a recuperação do setor de laminados de ferro e aço que aumentou sua participação em 13 pontos percentuais como podemos observar na tabela 12 abaixo:

Tabela 12: Brasil – Principais Produtos Exportados à China (2001-2003)

DESCRIÇÃO	2001		2002		2003	
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)
Soja e outros grãos	537,7	28,3	825,7	32,8	1.313,1	29,0
Minério de ferro e outros	491,0	25,	608,9	24,2	773,7	17,1
Laminados de ferro e aço	57,0	3,0	140,0	5,6	754,6	16,6
Óleo de soja e outros óleos	5,4	0,3	126,4	5,0	270,0	6,0
Pastas de madeira	127,3	6,7	114,2	4,5	265,6	5,9
Caldeiras, máquinas, aparelhos	88,3	4,6	108,7	4,3	205,7	4,5
Veículos automóveis / tratores	122,4	6,4	95,4	3,8	184,0	4,1
Madeira e carvão vegetal	46,2	2,4	78,3	3,1	122,1	2,7
Peles e couros	55,6	2,9	88,2	3,5	116,5	2,6
Fumo	56,1	3,0	69,5	2,8	55,7	1,2
Plásticos	10,0	0,5	27,3	1,1	52,8	1,2

Fonte: MDIC/SECEX (Valores em US milhões F.O.B) *apud in* BIATO JUNIOR, 2010.

De 2000 a 2003 também se abriram oportunidades para as manufaturas brasileiras. Com a crescente demanda do mercado chinês, a oferta interna no país asiático já não conseguia atender todos os consumidores.

Desta forma, setores como o de veículos e autopeças aproveitaram para costurar acordos com o governo chinês. A General Motors do Brasil assinou com o país asiático o fornecimento de 218 mil unidades do utilitário Blazer e da caminhonete S10 para montagem final em Shenyang (BIATO JUNIOR, 2010).

Aproveitando o mesmo crescimento do mercado consumidor chinês, o setor siderúrgico brasileiro passou de 1,9% da pauta exportadora em 2000 para 15,8% em 2003 (BIATO JUNIOR, 2010).

Contudo, a partir do momento que os investimentos chineses no seu parque automotivo e siderúrgico começaram a dar resultados concretos na oferta de bens, os bens manufaturados brasileiros voltaram a ter as portas fechadas no mercado chinês.

Após um curto período de acentuação das exportações brasileiras de manufaturados, a estratégia chinesa e a realidade do comércio bilateral voltaram a seu patamar “natural” de vantagens comparativas. Em 2006, os

bens básicos já representavam 76,89% do total exportado, enquanto os industriais respondiam por apenas 23,11%.

TABELA 13: COMPOSIÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA À CHINA (2000-2006)

	EXPORTAÇÕES BÁSICOS/ EXPORTAÇÕES TOTAIS	EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS/ EXPORTAÇÕES TOTAIS	EXPORTAÇÕES MANUFATURADOS/ EXPORTAÇÕES TOTAIS
2000	68,11%	31,89%	18,76%
2001	60,10%	39,90%	24,38%
2002	61,51%	38,49%	20,62%
2003	49,99%	50,01%	25,90%
2004	59,40%	40,60%	17,73%
2005	68,39%	31,61%	16,67%
2006*	76,89%	23,11%	9,45%

Fonte: Siscomex / MDIC *apud in* BIATO JUNIOR, 2010. * janeiro a setembro

A crescente importação por parte dos chineses de minério de ferro e soja fez com que os preços dessas *commodities* rapidamente se elevassem no cenário internacional. Em contrapartida, os preços das manufaturas caíram dada a concorrência com as exportações chinesas.

Essa alteração nos preços também foi responsável pela inversão no saldo comercial entre Brasil e China. Desta forma, o país asiático começou a buscar meios artificiais para tentar controlar os preços das *commodities*.

No final de abril de 2004 a China devolveu um carregamento de soja de origem brasileira com a justificativa de que as sementes foram tratadas com os fungicidas Captan e Carboxin. De acordo com as regras internacionais até 0,2% de impurezas são toleráveis, contudo a China decidiu não aceitar nenhum grau dos fungicidas (FERNANDES, CRUZ E PEDROZO, 2005).

O impacto da ação chinesa foi a queda abrupta nos preços da soja, que passaram de US\$ 320 a tonelada para US\$ 260, e cerca de 17 mil toneladas do produto foram rejeitadas em portos chineses. O embargo durou até junho de 2004 totalizando um prejuízo de US\$ 1 bilhão as empresas brasileiras e multinacionais. (FERNANDES, CRUZ E PEDROZO, 2005).

A interferência do Estado chinês sobre os preços das *commodities* se tornou ainda mais evidente no caso do minério de ferro. O bem teve elevação nos preços de 71% em 2005, o que irritou os mandatários chineses.

A Associação Chinesa do Ferro e do Aço (CISA) decidiu negociar diretamente com as três grandes empresas exportadoras de minério de ferro do mundo: A brasileira CVRD e as australianas Rio Tinto e BHP. Em paralelo o governo chinês resolveu estabelecer um teto do valor que poderia ser pago pelo minério de ferro por parte das siderúrgicas em solo chinês, que seria o preço praticado em 2005. As empresas que pagassem um preço superior teriam suas licenças de importação cassadas (BIATO JUNIOR, 2010).

Contudo, desta vez a estratégia chinesa não obteve resultados. Após diversas reclamações do Brasil e da Austrália na OMC, e da aceitação dos novos preços (19% acima do que em 2005) por parte de siderúrgicas europeias e japonesa, a China foi obrigada a recuar e aceitar os preços de mercado (BIATO JUNIOR, 2010).

As relações comerciais entre Brasil e China tiveram outro ato importante em 2004, quando o então Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva em uma visita a Pequim resolver reconhecer a China como economia de mercado. Mais do que uma simples declaração, tal fato gera conseqüências concretas para o comércio bilateral.

5.2 DE ECONOMIA DE MERCADO AO RETORNO DO PESSIMISMO

Na prática, o reconhecimento por parte brasileiro de que a China é uma economia de mercado altera as investigações das medidas *antidumping*. A estratégia comercial caracterizada como *dumping* é quando o exportador vende o seu produto no mercado externo a preços menores do que os praticados no seu próprio mercado.

Caso o país que for acusado de *dumping* seja reconhecido como uma economia de mercado então as investigações por parte da OMC vão ser em cima dos preços praticados no mercado interno do país, caso contrario as investigações serão embasados nos preços praticados em um terceiro país escolhido pelo demandante da ação (AMORIM, 2005).

O que pesa nessa mudança de postura por parte do governo brasileiro é que a alta participação estatal na economia chinesa muitas vezes traz os preços dos produtos artificialmente para baixo, dificultando desta forma, algum caso de *dumping* contra as empresas brasileiras (NEGRI, 2005).

O ano de 2004 também se torna relevante na análise da balança comercial entre os dois países. É a partir deste ponto que o Brasil volta a importar a taxas muito superiores do que o avanço nas exportações, muito pelo crescimento econômico acentuado de 2004 a 2008, na média em 4,5%.

Sendo assim, no período 2004-2008 as importações brasileiras da China cresceram 833%, enquanto as exportações para aquele país subiram apenas de 262%, levando o superávit comercial de 2004 se tornar um déficit de US\$ 3,6 bilhões em 2008 (BARBOSA, 2009).

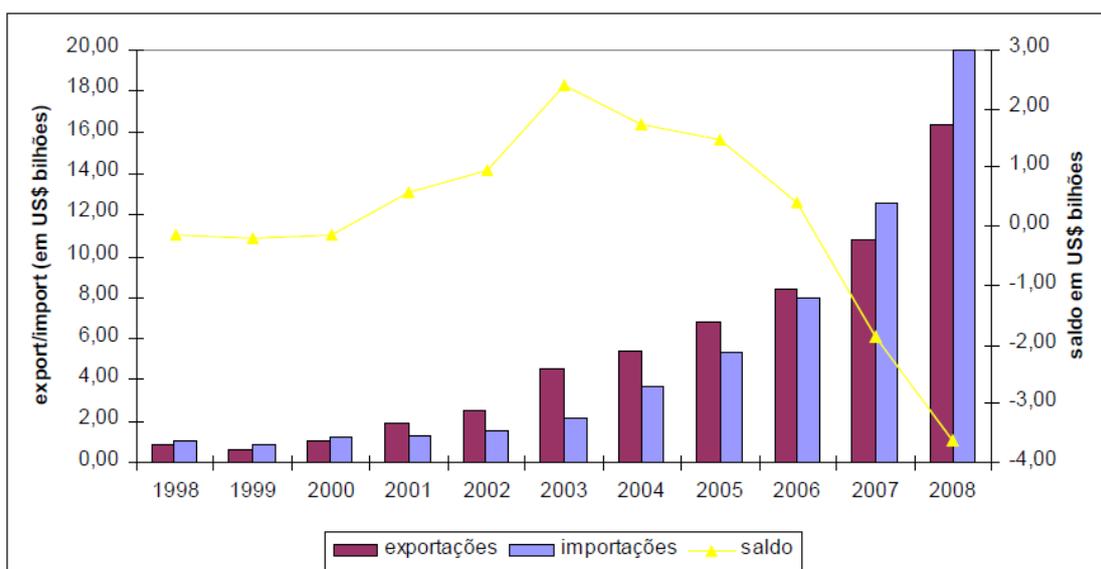


Fig. 3. Exportações, importações e saldo comercial com a China (US\$ bilhões). Fonte: Secex / Mdic *apud in* Barbosa, 2009.

Outro fator relevante para esta inversão na balança comercial é que os investimentos feitos pelos chineses durante toda a década de 90 começam a dar resultados. Desta forma, a China se insere de vez no mercado internacional como exportadora de bens manufaturados de médio e valor agregado.

Em 2008 a China torna-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando a Argentina e ficando atrás apenas dos EUA. No mesmo ano as exportações para a China representam 8,3% das vendas externas brasileiras.

Em matéria de compras por parte do Brasil, a China passa a representar 11,6% no mesmo ano (BARBOSA, 2009).

O volume comercializado em 2008 chega a US\$ 36,5 bilhões superando as expectativas dos dois países que esperavam que o comércio bilateral só ultrapassasse o volume de US\$ 30 bilhões em 2010 (BECARD, 2011).

Mas os resultados ruins para o Brasil não ficaram apenas no que tange à balança comercial. A dificuldade em diversificar a pauta de bens vendidos e não conseguir impedir a tendência cada vez mais primária das exportações é outro alerta importante.

Em 2007, apenas 8% dos produtos exportados pelo Brasil para a China eram de manufaturados, 18% eram de produtos semimanufaturados e 74% eram de produtos primários. Em 2008 o cenário não se alterou, mas manteve a tendência desde 2003 de tornar a pauta de exportações cada vez mais primária, desta forma 7% dos produtos exportados eram manufaturados, 16% de semimanufaturados e 77% de produtos primários (BECARD, 2011)

É importante lembrar também que as exportações brasileiras se concentraram em insumos como aço, minério de ferro, soja e cobre, beneficiando-se assim do alto valor das *commodities* no mercado internacional. Este fato significa que baixa ou estagnação nos preços desses bens tornará o resultado ainda mais negativo. Tomando o ano de 2008 como exemplo, caso a China fosse excluída do resultado da balança comercial brasileira, o superávit do país seria 15% maior (BARBOSA, 2009).

Com a crise mundial que se alastrou entre os países desenvolvidos a partir de 2008 as exportações brasileiras se recuperaram rapidamente dando um salto e praticamente dobrando de volume em 2010 comparativamente com 2008. Enquanto isso as importações brasileiras caíram em 2009 e mesmo recuperando-se no ano seguinte não alterou o resultado de balança comercial positiva.

TABELA 14: BALANÇA COMERCIAL BRASIL X CHINA (EM US\$ BILHÕES)

PERÍODO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2000	1,1	1,2	-0,1
2001	1,9	1,3	0,6
2002	2,5	1,6	1,0
2003	4,5	2,1	2,4
2004	5,4	3,7	1,7
2005	6,8	5,4	1,5
2006	8,4	8,0	0,4
2007	10,7	12,6	-1,9
2008	16,5	20,0	-3,5
2009	21,0	15,9	5,1
2010	30,8	25,6	5,2

Fonte: MDIC apud in Boletim Regional do Banco Central do Brasil, abril 2011.

Apesar da recuperação o comércio com a China ainda nos deve deixar receosos. Durante todo o início do século o Brasil só obteve superávits quando a conjuntura externa lhe permitiu e não porque nossos produtos foram competitivos.

Em um primeiro momento nos aproveitamos da demanda chinesa interna ter crescido mais do que proporcionalmente a capacidade de oferta do país. Contudo, o hiato temporal foi rapidamente corrigido pelos elevados investimentos feitos pelo dragão asiático. Posteriormente, no fim da década soubemos aproveitar o momento de crise internacional para praticamente dobrarmos as nossas exportações para a China.

Ainda assim, 79,7% das nossas exportações estão concentradas em grão de soja, minérios de ferro, petróleo e madeiras serradas, nos deixando em uma situação extremamente perigosa de vulnerável. Também é importante notar como o país começa a depender apenas de um parceiro comercial, já que a China superou os EUA em 2009. Em questão de vendas de produtos, a China já representa 15,2% do total das nossas exportações.

TABELA 15: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (EM US\$ BILHÕES)

PERÍODO	EXPORTAÇÃO		PARTICIPAÇÃO (%)
	TOTAL	CHINA	
2000	55,1	1,1	2,0
2001	58,3	1,9	3,3
2002	60,4	2,5	4,2
2003	73,2	4,5	6,2
2004	96,7	5,4	5,6
2005	118,5	6,8	5,8
2006	137,8	8,4	6,1
2007	160,6	10,7	6,7
2008	197,9	16,4	8,3
2009	153,0	21,0	13,7
2010	201,9	30,8	15,2

Fonte: MDIC. Elaboração: Depec/RJ apud in Boletim Regional do Banco Central do Brasil, abril 2011.

Não queremos aqui defender que o Brasil não deva comercializar com a china, seria algo totalmente antieconômico, mas é fato que o Brasil precisa buscar novos parceiros comerciais para não fixar o seu desenvolvimento em apenas um alicerce. E tão importante quanto buscar novos mercados deve ser a contenção da desindustrialização em curso no país, começando por uma maior diversificação da pauta exportadora, incluindo principalmente bens manufaturados.

TABELA 16: CONCENTRAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES – PARTICIPAÇÃO DOS 4 PRINCIPAIS ITENS (%)

PERÍODO	EXPORTAÇÃO PARA A CHINA	EXPORTAÇÃO TOTAL
2000	61,0	18,2
2001	60,1	18,2
2002	61,1	17,6
2003	51,8	17,8
2004	58,1	17,4
2005	59,1	17,9
2006	70,2	19,0
2007	68,7	18,9
2008	72,9	23,7
2009	73,9	26,0
2010	79,7	32,4

Fonte: MDIC. Elaboração: Depec/RJ apud in Boletim Regional do Banco Central do Brasil, abril 2011.

5.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com o que vimos nos capítulos anteriores é fácil presumir que as principais oportunidades de negócios com a China se restringem ao agronegócio. Além de o setor ser altamente dinâmico, ainda possui vantagens comparativas pelas terras cultiváveis e pelos avanços tecnológicos do Brasil neste setor.

Outro fator relevante é que a China não parece estar mais tão preocupada em concorrer no seu mercado doméstico com os bens básicos brasileiros. Desde que qualquer bem feitoria no produto seja feita em solo chinês, então o gigante asiático não parece disposto a incomodar.

Por outro lado, quando tratamos do setor industrial a relação Brasil-China toma contornos dramáticos. Além de não conseguir penetrar no atrativo mercado chinês, as indústrias brasileiras ainda tem que concorrer com os produtos importados do país asiático, que normalmente são baratos dado ao baixo custo de mão de obra, a pequena carga tributaria e o elevado conhecimento tecnológico.

De acordo com Boneli (2011) mais de um quarto das empresas brasileiras concorrem com produtos chineses no mercado doméstico. E a

conseqüência é que quase metade dessas empresas perdem participação no mercado doméstico, sendo que outros 9% dizem que a participação caiu acentuadamente com a concorrência do dragão asiático.

O posicionamento chinês como *player* importante na concorrência no mercado doméstico levou a reação do empresariado brasileiro de diversas formas. Algumas empresas resolveram migrar suas plantas industriais internamente em busca de salários mais baratos, como é o caso da Alpargatas São Paulo S.A., dona da marca Havaianas, que fechou sua fábrica em São Paulo e transferiu seus investimentos para a Paraíba (BARBOSA, 2009).

Além da Alpargatas, outras empresas do ramo de calçados como Dakota, Azaléia e Grendene também transferiram investimentos para o nordeste. As empresas de vestuário também seguiram a mesma estratégia como a Valisère e a Lupo (BARBOSA, 2009).

Já o setor têxtil buscou uma alternativa muito mais ousada. Empresas como a Teka, importante no setor de cama, mesa e banho resolveu terceirizar a produção, utilizando empresas instaladas na Ásia. Depois de prejuízos crescentes de 2003 a 2008, a empresa resolveu fazer as malas, produzir na China e exportar para o Brasil. Empresas como Hering e a do setor de calçados West Coast também seguiram o mesmo receituário, a primeira contratando fabricação em plantas de terceiros na China, em Blangadesh e na Índia e a segunda apenas na Índia. (JUNGENFELD E LINS, 2010).

Outras empresas continuam fabricando o produto final no Brasil, porém importam quase todos os bens intermediários da China. Este é o caso da Phillips em Manaus. Já algumas empresas transferem chegam a transferir suas plantas industriais para a China, seja por ganharem vantagens em custos ou pra poder ter acesso ao mercado chinês, neste caso temos o exemplo da Embraer e da Conteminas. Das grandes empresas, 10% já produzem com fábrica própria na China (BARBOSA, 2009).

De outra forma, algumas empresas tentam barganhar junto ao governo condições especiais para se manterem no Brasil. Neste caso se encontram a Gerdau e a ThyssenKrupp (BARBOSA, 2009).

Os setores mais afetados pela concorrência chinesa são o de material eletrônico e de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, indústrias diversas, calçados e máquinas e equipamentos (BONELI, 2011).

No que concerne as exportações, mais da metade das empresas exportadoras concorrem com produtos chineses no mercado internacional. O percentual de empresas que perderam clientes externos para os chineses passou de 54% em 2006 para 67% em 2010, sendo que 4,2% das empresas exportadoras pararam de exportar por causa da concorrência chinesa (BONELI, 2011).

Alguns setores foram mais afetados pela concorrência no mercado externo, sendo que 80% ou mais de suas empresas registraram perda de clientes externos para a China, destacando-se nesta abordagem os setores têxteis, máquinas e equipamentos e produtos de metal. Já no setor de calçados, 27% das empresas pararam de exportar por causa da concorrência chinesa (BONELI, 2011).

O percentual de empresas que importam matéria prima também cresceu. Entre as grandes empresas o percentual passou de 16% para 34%. Além disso, 32% das empresas que importam da China pretendem aumentar as comprar advindas do país asiático (BONELI, 2011).

Das empresas que instalaram fabricas na China, metade delas se concentra em quatro setores: veículos automotores, máquinas e equipamentos, máquinas e materiais elétricos e material eletrônico de comunicação (BONELI, 2011).

Portanto, a concorrência chinesa deve ter papel importante na hora de se decidir em investir em um projeto industrial. Pelo o que vimos até aqui, os projetos que se voltem para o agronegócio tendem a se beneficiar dado o aumento considerável no volume exportado. Já os projetos industriais devem levar em conta se possuem ou não concorrência chinesa tendo a tabela de custos e a precificação papeis importantes na hora de considerar a viabilidade econômica do projeto.

6. CONCLUSÃO

As relações comerciais entre Brasil e China se tornaram essenciais aos dois países. Se o dragão asiático depende das *commodities* brasileiras, o continental latino-americano necessita tanto da concorrência dos produtos industrializados chineses para manter a estabilidade de preços interna quanto do mercado chinês que é o motor das nossas exportações.

A China ganha cada vez mais notoriedade internacional, um país que se assume comunista, mas que tem cada vez mais particularidades típicas do sistema capitalista.

O capitalismo chinês se baseia em uma economia parcialmente aberta ao mercado, dirigido por um Estado forte e altamente presente em todas as decisões relevantes do país.

Com o sistema política de um único partido, um controle rígido sobre a população e com o crescimento acelerado que ignora a sustentabilidade do planeta, a China gera por muitas vezes críticas por parte de organismos internacionais ligados aos direitos humanos e de proteção do meio ambiente, reclamações quase sempre ignoradas pelo governo chinês

Alheio a todas as críticas, o Partido Comunista Chinês vem transformando a economia desde a revolução de 1949. Primeiramente fechada e altamente dependente da União Soviética, a China soube tomar proveito das oportunidades que teve, se desvinculando da URSS e modificando uma estrutura agrária e concentrada em poucos latifúndios para uma economia industrial altamente competitiva.

O líder máximo chinês a partir da revolução até a década de 70, Mao Tsé-Tung, soube lidar com as pressões externas e internas, mantendo o marxismo-leninista como foco para as decisões do país. A mão forte do Estado para reestruturar a economia foi essencial para o sucesso do desenvolvimento.

Mas é apenas com a morte do Grande Timoneiro (Mao Tsé-Tung) e com a ascensão de Deng Xiaoping que a China começa a vivenciar as grandes transformações que a colocam definitivamente como uma potência mundial.

Xiaoping não assume propriamente a presidência da China, mas assume os rumos da política chinesa, modernizando o país e iniciando a abertura comercial.

Com uma economia forte e estruturada, e ainda regida pelo Estado, a China inicia sua inserção internacional de maneira gradual e estratégica, tomando proveito de todas as oportunidades e não abrindo concessões desnecessárias para o seu desenvolvimento.

Enquanto isso, no lado ocidental do mundo o Brasil realiza sua abertura comercial de forma turbulenta, desorganizada e imerso em uma crise inflacionaria sem precedentes.

É neste cenário que as relações bilaterais Brasil-China se acentuam. O primeiro buscando um parceiro internacional que colaborasse com o seu desenvolvimento e o segundo buscando um fornecedor de produtos básicos que permitisse sua especialização em manufaturados.

Na queda de braço comercial, o dragão asiático foi mais competente. Fechou as portas para as parcerias que buscassem desenvolver produtos de alto valor agregado, ao mesmo tempo em que conseguiu o seu fornecedor de produtos primários e também mais um mercado para os seus produtos industriais.

Com a entrada da China na OMC em 2001 e com o reconhecimento do país asiático por parte do Brasil como uma economia de mercado em 2004, o volume de comércio transacionado se elevou rapidamente. Na mesma velocidade a pauta de importações e exportações brasileiras se especializavam, a primeira em bens indústrias, a segunda em bens básicos.

O aumento dos preços das *commodities* contribuiu acentuadamente para que o nosso país se aproveitasse de suas vantagens comparativas, gerando superávits na balança comercial que tentavam justificar a omissão em face da possível desindustrialização em curso.

Desta forma, iniciamos a segunda década do século XXI com a China sendo o principal parceiro comercial brasileiro. O principal porto de nossas exportações e o balizador para a maioria dos projetos industriais em andamento.

Todo e qualquer projeto industrial deve levar em conta a influencia chinesa sobre o bem a ser produzido. Caso seja um produto básico, o caminho de exportação à China é uma ótima alternativa de elevação da taxa interna de retorno.

Do lado contrario, se o bem a ser produzido é do tipo manufaturado, em geral é preciso analisar se o produto sofrerá concorrência chinesa tanto no mercado interno quanto em possíveis exportações para terceiros. O custo baixo da mão de obra chinesa aliado a evolução tecnológica do país asiático resultam em preços menores que em muitos casos não permitem concorrência por parte das indústrias brasileiras.

Por fim, podemos concluir que independente de em qual ponta o seu produto esteja, com a globalização cada vez mais presente, a China se torna um *player* fundamental para o sucesso ou fracasso de qualquer tentativa empresarial de médio ou grande porte, sendo que o descaso sobre essa variável pode alterar totalmente os rumos do projeto.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **As relações bilaterais Brasil – China: A ascensão da china no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. IPEA, 2011.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; TARGINO, Ivan Moreira. Considerações sobre a orientação externa da Indústria brasileira na década de 90. **Pesquisa & Debate**, vol. 17, nº 2 (30), p. 237-257. São Paulo, 2006.

AMARAL, Gabriela Granço. **A “Ascensão Pacífica” Da China: Perspectivas Para O Século XXI**. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), São Paulo, 2011.

AMORIM, Renato. **Análise sumária do comércio entre Brasil e China**. CEBC, Rio de Janeiro, maio/2005. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>. Acesso em: 08/05/2012.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. In: Giambiagi, Fabio; Moreira, Mauricio Mesquita. A Economia Brasileira nos Anos 90. BNDES. Rio de Janeiro, 1999.

AZEVEDO, André Filipi; PORTUGAL, Marcelo. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações**. Nova Economia, Belo Horizonte, UFMG/Face/DCE, v. 8, n. 1, p. 37-63, jul.1998.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; PESQUISA, Douglas Toledo. A Economia Brasileira pós-Ascensão Chinesa: Análise Setorial do Padrão de Comércio, dos Impactos sobre o Emprego e das Novas Estratégias Empresariais. **Relatório de Pesquisa II (IOS/DGB)**, São Paulo, março/2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Made In China: Oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latino-americanos**. Instituto Observatório Social e CUT. Outubro/ 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. **As relações econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil**. FES Briefing Paper, Berlin, p. 1-10, Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>. Acesso em: 03/05/2012.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China. **Revista de Sociologia e Política**, vol.19, suplemento 1, Curitiba, novembro/2005.

BELLUCCI, Beluce. **Abrindo os Olhos Para a China**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas 1993-2006**, FUNAG, Brasília, 2010.

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL. **Trajetória do Comércio Externo com a China – 2000 a 2010**. Abril, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>. Acesso em: 08/05/2012.

BONELLI, Regis. **Cadeia Metal-Mecânica, Ameaça Da China E Desindustrialização No Brasil**. Instituto Latino-americano Del Fierro y del Acero (ILAFA), abril de 2011.

CYSNE, Rubens Penha. **Aspectos Macro E Microeconômicos Das Reformas Brasileiras**. Cepal, LC/L.1359, Serie Reformas Econômicas 63, Santiago do Chile, Maio de 2000.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**, vol. 16, nº 31, p. 215-252, Rio de Janeiro, junho/2009.

DICK, Patrícia Paloschi. **A Parceria Estratégica Brasil e China: A Contribuição da Política Externa Brasileira (1995-2005)**. Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006, Disponível em: <{HYPERLINK "http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8089/000567388.pdf?sequence=1"}> Acesso em: 18/05/2012.

DEINT/SECEX/MDIC. **China: Intercâmbio comercial, tarifas aduaneiras, barreiras em bens e serviços e compromissos na acessão à OMC Elaborado em**. Departamento de Negócios Internacionais, Secretária de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, Fevereiro/2002. Disponível em: <{HYPERLINK "http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196772978.pdf"}> Acesso em: 18/04/2012.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: Impactos de curta ou longa duração? **Revista Sociologia Política**, vol. 19, nº suplementar, p.105-130, novembro/2011.

FERNANDES, Luciane Alves; CRUZ, Luciano Barin; PEDROZO, Eugênio Ávila. **Respeito à norma, protecionismo ou oportunismo: uma análise da tomada de decisão chinesa no caso da soja brasileira**. Facef Pesquisa, vol. 8, nº 3, p. 61-70, São Paulo, 2005.

HAGUENAUER, Lia; BAHIA, Luiz Dias, CASTRO, Paulo Furtado, RIBEIRO, Marcio Bruno. **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**. Texto para Discussão, 786. IPEA, Brasília, 2001.

JURGENFELD, Vanessa; LINS, Hoyêdo Nunes. **A projeção asiática de grandes empresas têxteis e vestuaristas de Santa Catarina nos anos 2000**.

V Encontro de economia catarinense. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <{HYPERLINK "http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20industrial,%20ci%C3%Aancia,%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o/A%20PROJE%C3%87%C3%83O%20ASI%C3%81TICA%20DE%20GRANDES%20EMPRESAS%20T%C3%8AXTEIS%20E%20VESTUARISTAS%20DE.pdf"}> Acesso em: 23/04/2012.

LAZZARI, Martinho Roberto. **Investimento direto estrangeiro e inserção externa na china, nos anos 90**. Indicadores Econômicos FEE, vol. 32, n. 4, p. 169-204, Porto Alegre, 2005.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados USP, 1998.

MORAES, Antônio Luiz Machado. **A Liberalização Econômica da China e sua Importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica, Texto para discussão nº 22. Brasília, 2004

NEGRI, Fernanda. **Concorrência chinesa no mercado brasileiro: possíveis impactos da concessão, para a china, do status de economia de mercado**. Boletim de Conjuntura, nº 68, IPEA, março/2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. O Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, nº 1, Brasília, janeiro-junho/2004.

PEREIRA, Lia Valls; FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **O Acesso da China à OMC Implicações para os Interesses Brasileiros**. Estudos CNI 5, Brasília, dezembro/2005.

PORTUGAL, Marcelo, AZEVEDO, André. **Abertura comercial e política econômica no Plano Real, 1994-1999**. In: FONTES, Rosa; ARBEX, Marcelo Aarestrup. Economia aberta: ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportações. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2000.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2, São Paulo, abril-junho/2010.

PIRES, Marcos Cordeiro. **As novas lideranças e as transformações econômicas e sociais recentes na república popular da china**. UNESP – FFC – DCPE, Marília, 2005. Disponível em: <{HYPERLINK "http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/As%20novas%20lideran% E7as%20na%20Rep%FAblica%20Popular%20da%20China.pdf"}> Acesso em: 23/02/2012.

RUIZ, Ricardo Machado. **Desenvolvimento Econômico e Política regional na China**. Relatório de Pesquisa do Projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro.

Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG e Brasília: Ministério da Integração Nacional, Governo do Brasil, 2004.

SANTOS, Mário. **As Relações Bilaterais Brasil – China (1990 A 2008): Da Superação de Desafios à Ampliação e Consolidação.** II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), São Paulo, 2009.

SULEIMAN, Amanda Battaglini. **O Salto Econômico da China: Crescimento e Mudança.** Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2008.

Disponível em: <{HYPERLINK

"http://www.faap.br/faculdades/economia/pdf/monografias/amanda_battaglini.pdf"}> Acesso em: 15/03/2012.

THORSTENSEN, Vera. **China e EUA – De Guerras Cambiais a Guerras Comerciais.** Escola de Economia de São Paulo. Texto para Discussão nº 301.

CCGI nº 1, novembro de 2011. Disponível em: <{HYPERLINK

"http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8701/TD%20301%20-%20CCGI%2001%20-%20Vera%20Thorstensen.pdf;jsessionid=86939DDBBED32E389E7E4681FC601FE7?sequence=1"}> Acesso em: 11/05/2012.

VILLELA, Eduardo. **As Relações Comerciais entre Brasil e China e as Possibilidades de Crescimento e Diversificação das Exportações de Produtos Brasileiros ao Mercado Consumidor Chinês.** Disponível em: <{HYPERLINK "http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF"}> Acesso em: 13/02/2012.

ZHENG, Lu. **O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês.** In BELLUCCI, Abrindo os Olhos Para a China. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004